

**Audiência com
o Secretário de Estado
da Defesa**

**Resposta às
reivindicações
legislativas
aquém das
expectativas**

**Estatuto para
os deficientes militares
em serviço continua a ser
uma questão fundamental
para a ADFA**

(página 16)

Assembleia Geral Nacional Eleitoral Extraordinária

CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral Nacional, nos termos dos Estatutos, designadamente do n.º 5 do artigo 19.º, e do Regulamento Eleitoral, convoca todos os associados para a Assembleia Geral Nacional Eleitoral Extraordinária, a realizar no dia 11 de Janeiro de 1997 (Sábado), das 09 às 19 horas, com vista à eleição dos Órgãos Sociais Nacionais (MAGN, DN, CFN) para o mandato intercalar até 20 de Dezembro de 1997.

A Assembleia Geral Nacional Eleitoral, que se desdobrará em Assembleias Gerais de Delegação simultâneas, funcionará com mesas de voto na Sede, Edifício ADFA, em Lisboa, nas instalações das Delegações e ainda nos Núcleos existentes.

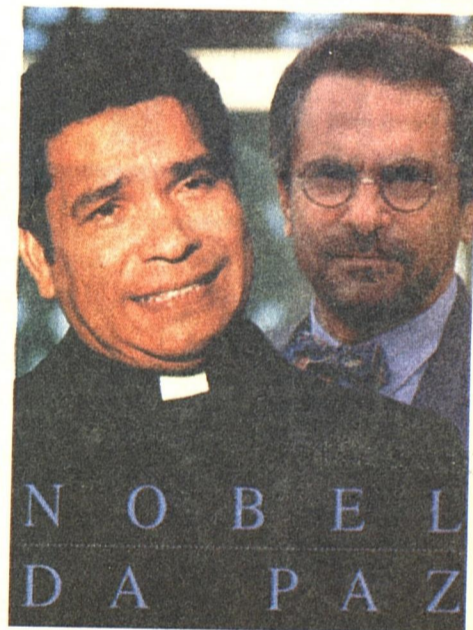
*ADFA, 11 de Novembro de 1996
A Mesa da Assembleia Geral Nacional
O Presidente
Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício*

Timor-Leste

ADFA

**felicitou os
galardoados
com o Prémio
Nobel da Paz**

(página 3)



Colóquio sobre "stress de guerra"



**A ADFA reafirma
os seus objectivos
perante os mais
credenciados
especialistas
nacionais nesta
matéria e o ex-
-presidente da
República,
General
Ramalho Eanes**

(centrais)

ELO

Propriedade:

Associação dos Deficientes
das Forças Armadas
Administração e Redacção:
Av. Padre Cruz - Edifício
ADFA - 1600 LISBOA
Telefone: (01)7570502
7570583 / 7570645 / 7570702
Fax: 7571319

Director: José Diniz

Conselho de Redacção:

Armando Roque,
Carmo Vicente,
Guedes da Fonte,
Jaime Ferreri,
José Maia,
Patuleia Mendes,
Sá Flores,
Victor Sengo.

Colaboradores permanentes:

Abel Fortuna, António
Carreiro, João Gonçalves
Maquetagem e paginação:
Armando Roque

Fotógrafo:

Farinho Lopes

Composição:

António Lemos

Montagem e Impressão:

Imprinter SA, Rua Sacadura
Cabral, 26 Algés. Tel.4198065

Gravação do "ELO" sonoro:
Centro de Produção de
Material da Segurança Social
de Lisboa e Vale do Tejo

Depósito Legal: 99595/96

Mensário distribuído gratuita-
mente aos associados em
situação legal.

Assinaturas anuais: 1 300\$00.

Os textos assinados
não reproduzem neces-
sariamente, as posições
da ADFA ou da Direc-
ção do "ELO", sendo da
exclusiva responsabili-
dade dos seus autores.

Tiragem deste número:
12 500 exemplares

Tabela de publicidade

1 pág. (excepto 1ª e
última) 80 000\$00
1/2 página 46 000\$00
1/4 página 26 000\$00
1/6 página 16 500\$00

Pequeno anúncio:
450\$00 x 1 cm x nº de
colunas.

Avaliação de Incapacidade das Pessoas com Deficiência

Foi publicado, no Diário da República de 23 de Outubro, o Decreto-Lei 202/96 que vem estabelecer o regime de avaliação de incapacidade das pessoas com deficiência, com referência à Lei de Bases da Reabilitação (L 9/89), para efeitos de acesso às medidas de benefícios previstos na lei para facilitar a sua plena participação na comunidade.

O objectivo do diploma é o de proceder à actualização de procedimentos e nomeadamente adequar a utilização da actual Tabela Nacional de Incapacidades (TNI) ao disposto naquela Lei de Bases da Reabilitação.

O diploma mantém a competência das juntas de saúde dos ramos das Forças Armadas e das Forças de Segurança e estipula que as juntas médicas para a avaliação da incapacidade são constituídas nas sub-regiões de saúde, compondo-se do delegado sub-regional de saúde e de dois vogais efectivos e dois suplentes designados pelo delegado regional de saúde de entre os delegados de saúde e adjuntos.

Os requerimentos de avaliação deverão ser dirigidos ao adjunto do delegado regional de saúde da residência habitual do interessado, devendo especificar o fim a que se destinam e ser acompanhados de relatório médico e dos meios auxiliares de diagnóstico que o fundamentam.

As juntas devem realizar-se no prazo de 60 dias após a entrega do requerimento.

Da avaliação da incapacidade (decisão da junta) cabe recurso hierárquico necessário para o Director-Geral de Saúde, no prazo de 30 dias, devendo ser apresentado ao delegado regional de saúde.

Da decisão final do Director-Geral que poderá, eventualmente, mandar efectuar nova junta médica, cabe recurso contencioso para os tribunais, em geral, no prazo de dois meses.

O diploma que estabelece os parâmetros de adequação da TNI ao conceito de pessoa com deficiência da Lei 9/89, atribui ainda competência ao Director-Geral da Saúde para nomear uma comissão de normalização e acompanhamento das avaliações de incapacidade.

Formação Profissional

CURSOS/JAN. 97

apoiados pelo FSE/IEFP

Escritório Electrónico (Técnicos Administrativos)

Para militares e civis portadores de deficiência motora, orgânica e/ou auditiva - (de nacionalidade portuguesa)

Habilitações: 9º ano de escolaridade ou equivalente.

Início: Fev. 97. Inscrições até 15 de Nov. 96

Admite-se cozinheiro/a

A ADFA admite cozinheiro/a para o seu serviço de bar/restaurante na sua sede em Lisboa.

Resposta até dia 15 de Novembro à Secção de Pessoal.

22º Aniversário do "ELO"

23 de Novembro de 1996

O "Elo", no dia 23 de Novembro, vai completar vinte e dois anos de publicação, e como vem sendo hábito, não vamos deixar de comemorar a efeméride. A comemoração dividir-se-á em duas partes distintas: uma, no dia vinte e dois de Novembro, sexta-feira, dedicada à política nacional de reabilitação e outra, no dia vinte e três, sábado, que constará de um encontro com escritores que publicaram obras sobre a guerra colonial, a que se seguirá o tradicional jantar, durante o qual se desenrolarão actividades culturais.

Programa:

22 de Novembro, 6ª feira,
às 15 horas

Encontro na Sede com a participação de associações de deficientes. Para este encontro foi convidado o Secretário Nacional de Reabilitação, para análise e debate do tema "Reabilitação. Que política?"

23, sábado, às 17 horas

Colóquio subordinado ao tema "A Guerra Colonial na Literatura", com a participação de alguns escritores de onde salientamos: Carlos Vale Ferraz; Jaime Ferreri; António Calvino; Carmo Vicente; Sá Flores e outros.

20H30 - jantar, com a participação artística de Francisco Fanhais.

O jantar importará em 1.500\$00 (petiscos pagos à parte) por pessoa e as respectivas inscrições deverão ser feitas na Sede, jornal "ELO" até ao dia 21 de Novembro.

Funcionário(a) Administrativo(a)

A ADFA selecciona para a sua Delegação de Vila Nova de Famalicão:

Funcionário(a) Administrativo(a) com o seguinte perfil:

- Conhecimentos de informática na óptica de utilizador em Word e Excel
- Facilidade de expressão e redacção
- Facilidade de relacionamento
- Conhecimento de expediente geral de escritório
- Disponibilidade de deslocação
- Carta de condução (factor preferencial)
- Habilitações (factor preferencial)

Em igualdade de condições, terão prioridade os associados da ADFA e seus familiares.

Resposta com "Currículum Vitae" detalhado, deve ser enviada à ADFA-Del-Famalicão, ao c/ Direcção Delegação, Rua Adelino Pinto Basto, 98 4760 V. N. Famalicão.

Novos associados

A fim de se dar cumprimento ao estipulado no nº 4 do Artº 8 dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

José Dinarte Fernandes
Faustino Carlos Alberto
Cremildo Correia Dos Santos
Rui Manuel Carvalhais Lemos Pereira
Noé Alves Coelho Da Rocha
Maria Da Conceição Catelas Teorgas
António Fernando Sousa Carneiro
Eliseu Salvado Lisboa
Joaquim Alves Da Silva Pereira
António Fernando Dos Santos M. Oliveira
António Da Silva Ribeiro
Pedro Neto Dos Santos
António Carvalho Ferreira
Joaquim Manuel Neves Freire
Joaquim Enes Da Rocha Torres
Adelaide Maria Ferreira
Patricio Leonardo
Maria Da Conceição Silva Ferreira
Rosa Gomes Ferreirinha Brandão
António Maria Teixeira
Abel Wilson Carneiro
André Moreira
Jesus Gomes Dos Santos
Francisco Dos Santos Pereira
Januário Rodrigues Pires
Humberto Carlos Lemos Loureiro
Joaquim Luis Mendes Nunes
Francisco Oliveira Sousa
José De Oliveira Gonçalves
Reinaldo Teixeira Marques
Joaquim Manuel Machado Mimoso De França
Américo Nunes Gonçalves Rocha
Maria Do Céu Conceição Martins Pereira
Bacar Suncar Sani
Teotonio De Andrade
José Manuel Neves Ferreira

Cada assinante um amigo

Serviços médicos e psicossociais

Clinica geral
médico: Dr.Fernando Brito
2ª-13H00 5ª-13H15

Psiquiatria
médico: Dr. José Tropa
6ª-14H30

Urologia
médico:Dr. Paulo Vale
2ª feira 17H00

Análises Clínicas:
6ª - 9H00 às 10H00

Psicologia Clínica e Stress de Guerra:
Drª Teresa Infante
Horário: 2ª- 3ª- 4ª

Serviço Social:
Drª Fátima Almeida
2ª, 4ª e 6ª
09H00 às 12H00
14H00 às 18H00

Marcações: D. Elizabete Couto

Gabinete Jurídico

advogado:
Dr. António Carreiro
3ª e 5ª 14H00 às 18H00

Marcações:
D. Helena Afonso
Nota: As marcações devem ser feitas previamente não se dando consultas ao telefone.

Solicita-se a todos os associados que sejam feitas as marcações das consultas com antecedência pelos telefones:
7570502/7570583/
7570422/7570645/
7570702/7570781

Quotas em dia direitos garantidos

Horário da Sede

Expediente:
09H00 às 18H00

Intervalo de almoço
12H30 às 14H00

Serviço de almoço:
2ª a 6ª das
12H30 às 14H30

Serviço de bar:
2ª a 6ª das
09H00 às 19H00

Assembleia Geral Nacional Eleitoral Extraordinária

Mandato Intercalar

O presente mandato dos órgãos sociais nacionais, eleitos em 1995, é o primeiro após a revisão estatutária.

Neste período a ADFA conheceu uma revitalização das suas actividades e um empenhamento e interesse muito alargado da sua massa associativa, quer na preparação do acto eleitoral quer na participação em todas as actividades associativas que foram promovidas. Conheceu igualmente uma grande projecção externa que veio dignificar de forma significativa a sua imagem.

Os desafios que têm sido lançados à Associação e as necessidades dos associados obrigam que os órgãos sociais, principalmente as Direcções, sejam mais profissionalizadas e requeiram, a todo o tempo, um grande empenhamento, disponibilidade e coesão por parte dos associados eleitos.

O dinamismo imprimido à vida associativa provocou, naturalmente, desgaste nos elementos da Direcção Nacional,

cuja vida profissional se desenvolve fora da Associação, causando desentendimentos que, exteriormente se notaram pela apresentação de demissões de vários elementos em quatro ocasiões distintas.

Nesta situação, é difícil analisar friamente, de uma forma isenta, as atitudes ou comportamentos que terão estado na origem destas crises.

A situação que a ADFA atravessa é grave, mas não é inédita, e estes acidentes de percurso já foram antecipadamente previstos nos Estatutos e regulamentos da Associação.

Neste momento, é necessário que a ADFA e todos os seus membros saibam, com toda a celeridade e segurança, ultrapassar a transição de mandato, pugnando a Mesa da Assembleia Geral Nacional para que, em quaisquer circunstâncias, nenhum dos associados que vão cessar mandato possa ser maculado na

sua dignidade, pois todos, sem excepção, deram o melhor do seu esforço no projecto que propuseram ao serem eleitos.

Lembramos a todos, porventura aos menos participantes, que durante 22 anos de vida associativa houve sempre associados que, em nome de todos, se esforçaram e esforçam para que a ADFA continue a manter a sua dignidade.

Deste modo, devem estar atentos ao processo eleitoral, que é de todos e por todos tem que ser vivido.

A MAGN

JorgeManuelGarrido Prdal Mauricio

Nota: As listas de candidatura aos órgãos nacionais a eleger (MAGN, DN e CFN), e segundo as disposições do Regulamento Eleitoral, terão de dar entrada na MAGN até às 18.00 horas do dia 9 de Dezembro de 1996.

Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes Militares



A primeira reunião do futuro Conselho Consultivo para os assuntos dos Deficientes Militares (CCADM), que será incluído na nova Lei Orgânica do MDN, realizou-se no dia 11 de Outubro, nas instalações do Ministério da Defesa Nacional, no Restelo.

Esta reunião foi dedicada à apreciação do projecto de despacho que cria este Conselho e que é constituído pelo Director do Serviço de Pessoal do Ministério da Defesa Nacional, que preside, por um representante de cada um dos três ramos das Forças Armadas e por um representante da nossa Associação que é o 2º vice-presidente da DN, Catarino Salgado.

Pela primeira vez, desde a extinção do CMRA em 1979, a ADFA vai participar de pleno direito, lado a lado, numa estrutura orgânica do próprio Ministério da Defesa Nacional

Este Conselho, que surgiu por proposta da ADFA, será um canal privilegiado de comunicação e de debate de todos os assuntos dos deficientes militares (sem prejuízo dos contactos directos com o Ministro da Defesa Nacional ou com o respectivo Secretário de Estado), para debater toda a problemática dos deficientes militares de uma forma sistemática, contrariamente ao que acontecia até aqui, onde esta discussão estava limitada a contactos esporádicos, através de pedidos de audiência, cuja concretização era complicada e morosa. O Conselho irá formular propostas sobre legislação e procedimentos diversos, que serão apreciados ao mais alto nível. Estas propostas sairão praticamente elaboradas, já apreciadas pela instituição militar, uma vez que estão representados neste Conselho os três ramos das Forças Armadas.

Barreiras Arquitectónicas A ADFA pronuncia-se sobre projecto de decreto-lei

O Ministério de Solidariedade e Segurança Social elaborou um projecto de decreto-lei sobre barreiras arquitectónicas.

Este projecto foi publicado no Diário da República nº 230 II Série, de 3 de Outubro, para depois da audição dos representantes dos respectivos interesses colectivos.

Sobre este projecto a Direcção Nacional enviou em 22 de Outubro, ao Secretário Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD) o seguinte parecer:

1-Preconiza-se o estabelecimento de um mecanismo flexível de revisão das normas a aprovar, sempre que seja caso disso, face à evolução da técnica e ciência e aos reflexos positivos que tal evolução e modernização possam trazer para estas matérias.

2-Relativamente às coimas previstas nos nºs 1 e 2 do artº 7º do projecto, entende-se que as mesmas não atingem quantias que desincentivem a inobservância das normas e especificações técnicas e pensamos que deveriam ser elevadas substancialmente.

3-Considerando que, das "entidades licenciadoras" referidas no projecto do decreto-lei em apreço, farão parte as Câmaras Municipais, torna-se difícil aceitar o princípio de que as mesmas possam fiscalizar-se e auto-punir-se aplicando coimas a si próprias como referem os artºs 6º e 7º, ponto 3.

Consideramos necessário encontrar outra solução para este ponto, designadamente, atribuindo essas competências a um organismo que não fosse parte interessada no processo.

4-Convém não esquecer a especificidade legislativa das Regiões Autónomas no que respeita à aplicação dos normativos legais publicados em Diário da República, os quais, em alguns casos, têm de ser adaptados às Regiões. É um aspecto jurídico e formal, mas que não deixa de ser importante.

5-A terminar consideramos importante que o SNR lance uma campanha através dos "média" para sensibilização dos grandes, pequenos e médios empreiteiros bem assim como dos serviços de urbanismo e obras das Câmaras Municipais, sobre os objectivos deste projecto de decreto-lei.

Finalmente um Nobel Pela Paz

As razões da atribuição do prémio Nobel da Paz a Ramos Horta e Ximenes Belo foram lidas no comunicado do Comité, que refere a situação de opressão de Timor Leste levada a cabo pela Indonésia após 75. Para que a situação não seja esquecida o Comité decidiu galardoar os paladinos, que têm posto a própria vida em risco, a fim de que seja obtido um acordo que reconheça a auto-determinação de Timor Leste e a garantia dos direitos humanos na região.

Carlos Filipe Ximenes Belo nasceu a 3 de Fevereiro de 1948. Filho de um professor primário, cresceu num meio agrícola, pastando búfalos na sua infância.

Estudou em vários colégios de Timor, graduando-se em 1973 e ingressa na Congregação dos Padres Salesianos. Seguidamente estuda em Lisboa e regressa a Timor como professor. Lecciona em Macau entre 75 e 76. Volta a Portugal para estudar em Coimbra. Passa ainda por Roma, onde continua a estudar, regressando a Lisboa em 1980. Em Março de 81 volta finalmente a Timor, onde ainda se mantém como Bispo.

José Ramos Horta nasce em Timor, filho de um sargento da Marinha, para ali deportado, e de mãe timorense.

Estuda em Timor, apresentando desde cedo uma natural rebeldia hereditária, que o leva a ser perseguido pela PIDE, tendo sido deportado para Moçambique. Quando regressa a Timor dá-se o 25 de Abril de 74, e funda a Associação Social Democrata Timorense.

Encontra-se na Austrália quando Timor é invadido. Desde então, reparte a sua actividade por Sidney, Nova Iorque, Genebra e Lisboa. Aos 46 anos a sua cruzada por Timor é finalmente recompensada.

A ADFA, que sente como sua a luta de todos os desfavorecidos, enviou telegramas de congratulação aos galardoados, cujo texto se transcreve a seguir:

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas endereça a Vossa Excelência os votos de felicitações pela atribuição do prémio Nobel da Paz.

Oreconhecimento, por parte da comunidade internacional, dos esforços de Vossa Excelência em prol da paz e em defesa dos direitos humanos reaviva, também, a esperança de que as vítimas da guerra de Timor Leste vejam, num futuro próximo, restabelecida a sua dignidade através da solidariedade internacional.

Mudança de instalações da Tipografia

Director-Geral das Infra-estruturas do Ministério da Defesa Nacional, Dr. Cunha Rego, deslocou-se à Sede da ADFA, no dia 14 de Outubro, onde, em reunião com a Direcção Nacional, se discutiram as hipóteses de resolução da transferência da nossa Tipografia Escola, uma vez que o MDN pretende alienar rapidamente todo o espaço do Hospital Militar Anexo, na Rua Artilharia 1.

Conforme já tem sido noticiado, pensou-se numa primeira hipótese instalar a tipografia Escola num edifício na Rua do Sacramento. A DN informou que aquelas instalações por razões diversas e também pelos elevados custos foi considerada inviável. Uma segunda hipótese foi a instalação na Sede da ADFA. O Director Geral das Infra-estruturas teve oportunidade de constatar directamente, durante a visita que efectuou à

nossa Sede, que tal não era possível. A hipótese mais viável é a que está a ser equacionada pela DN junto do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo (CRSS), no sentido de ser permitido à ADFA a utilização de uma parcela de terreno na Quinta da Luz, a fim de aí se construírem instalações de raiz. Foi referido pela DN que esta transferência já era do conhecimento do Secretário de Estado e Segurança Social, Rui Cunha, que, oportunamente, em audiência concedida à ADFA, considerou muito viável esta alternativa.

A DN já entregou no CRSS um anteprojecto que envolve não só a tipografia mas também a criação de uma oficina de próteses e uma área para formação profissional.

O Director Geral das Infra-estruturas do MDN prometeu empenhar-se na viabilização deste anteprojecto.



Paraplégicos lutam por melhores condições

No sábado, 28 de Setembro, a delegação do Porto da ADFA convidou alguns dos seus associados a passar um dia diferente nas nossas instalações. Desta vez os convidados foram os paraplégicos. Durante uma manhã de convívio, houve ocasião para reencontros, oportunidade de assistir a um jogo de futebol e principalmente de pôr a conversa em dia, (então os que já não se viam desde a altura da guerra tiveram mesmo muito que conversar).

A chamada para o almoço aconteceu por volta da 1 hora da tarde, para desespero daqueles a quem o estômago não dava tréguas. A jardineira estava ótima e se calhar por isso poucas pessoas conversavam. No entanto já lá mais para o fim do almoço, ninguém estava calado.

Mas o objectivo principal do convite, era participar numa reunião, a ter lugar depois do almoço, a fim de discutir alguns dos problemas que afectam os sócios com este tipo de deficiência e de preparar a reunião nacional no âmbito do projecto 2+4.

Os presentes na reunião tiveram oportunidade de dar voz aos problemas e barreiras que têm de enfrentar no seu dia-a-dia. Desde problemas do foro arquitectónico até ao problema das consultas no Hospital Militar, todos os assuntos foram discutidos de uma forma bastante participativa.

De facto, todos os deficientes que necessitem de uma

cadeira de rodas têm bastante dificuldade em circular pelos espaços públicos. As condições de acessibilidade para deficientes ainda estão muito longe de estar reunidas. Um exemplo concreto é o edifício novo do Hospital Militar.

autoridades como a população em geral, ainda estão muito pouco sensibilizadas para o problema dos deficientes em cadeira de rodas.

O problema das consultas no Hospital Militar foi concertado o assunto mais

ridade no atendimento, uma vez que dada a sua condição física não podem esperar durante tanto tempo.

A questão das ajudas técnicas foi outro dos problemas levantados em que as opiniões se dividiram, enquanto



O reencontro de antigos camaradas

Os deficientes paraplégicos acham um verdadeiro absurdo o facto de não poderem utilizar as casas de banho, uma vez que as portas são demasiado estreitas para caber uma cadeira de rodas. O estacionamento é outro dos problemas, o local destinado aos deficientes é bastante longe do hospital, o que em dias de chuva provoca grandes transtornos; por outro lado não existe no próprio edifício acessos para cadeiras de rodas. De uma maneira geral pode-se concluir que, em termos de acessibilidades, tanto

debatido e o mais polémico.

3 MESES À ESPERA DE CONSULTA

Os sócios que têm que recorrer ao Hospital Militar do Porto queixam-se de discriminação em relação a Lisboa. Um doente que marque consulta, tem de esperar cerca de três meses, por vezes mais, para ser atendido e quando finalmente chega o dia da consulta tem de esperar horas a fio até que o médico o chame. Os deficientes paraplégicos reclamam prio-

uns acham insuficiente apenas dois dias por mês destinado às ajudas técnicas, outros acham que esses dias são suficientes desde que haja uma maior coordenação.

Quanto às soluções apresentadas, houve unanimidade em afirmar que é necessária uma maior coordenação de esforços no sentido de tentar resolver os problemas; por outro lado, à associação cabe a importante tarefa de pressionar as entidades competentes no sentido de responder com brevidade às necessidades dos deficientes paraplégicos.

Direcção Nacional Reúne com Delegação do Porto

A Direcção Nacional, vai reunir com os sócios da Delegação do Porto no próximo dia 9 de Novembro pelas 15H00.

O objectivo da Reunião é dar a conhecer a posição do Ministério da Defesa Nacional relativamente às propostas reivindicativas da ADFA.

Assim desde já fica o convite a todos os associados a participar na reunião, uma vez que o assunto tratado é de interesse geral.

REUNIÕES

Dia 02 (Sábado) de Novembro: Viana do Castelo - 15H00, no Salão do Sindicato dos Metalúrgicos de V. Castelo
Vila do Conde - 15H00, no Salão dos Bombeiros Voluntários de V. Conde

Dia 6 (Quarta Feira) de Novembro: Chaves - 10H30, no Salão dos Bombeiros Voluntários Flavienses

Dia 9 (Sábado) de Novembro: Penafiel - 10H00, no Salão dos Bombeiros Voluntários de Penafiel

Dia 13 (Quarta-Feira) de Novembro: Ponte da Barca - 15H00, no Salão dos Bombeiros Voluntários Ponte da Barca

Dia 16 (Sábado) de Novembro: Santo Tirso - 10H00
Paredes - 15H00, no Salão dos Bombeiros Voluntários de Lordelo

Vila Real - 15H00, no Salão dos Bombeiros Voluntários de V. Real

Dia 23 (Sábado) de Novembro: Lixa - 15H00, no Salão dos Bombeiros Voluntários da Lixa

Dia 30 (Sábado) de Novembro: Valongo - 10H00, na Escola Secundária de Valongo

22º Aniversário da Delegação

No próximo dia 7 de Dezembro, a Delegação do Porto, vai festejar o seu 22º aniversário.

O programa consta do seguinte:

10H00-Hastear das Bandeiras

11H00-Missa na Igreja Paroquial do Carvalhido em Sufrágio dos associados falecidos.

13H00-Almoço de Confraternização

15H00-Animação Musical, Jogos

Os associados que pretendam tomar parte no almoço do aniversário, devem efectuar a sua inscrição até ao dia 02 de Dezembro.

7º Aniversário da ACAPO

A ACAPO, Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal, festejou no passado dia 19 o seu 7º Aniversário.

Esta Associação, que se destaca na luta pela dignificação do cego e amblíope na sociedade portuguesa, festejou o seu aniversário da melhor maneira possível. Na festa estiveram presentes, a Tuna Feminina da Faculdade de Letras do Porto e o Coral Polifónico da ONCE de Vigo.

Foram também entregues os habituais "Testemunhos de Gratidão", a personalidades e entidades que se destacaram ao longo do ano pela sua luta em prol da causa dos cegos e amblíopes.

A Direcção Nacional da ADFA, como não podia deixar de ser, também se fez representar por elementos da Delegação do Porto.

Campanha do emblema

Usa o emblema da ADFA.

Procura-o na Sede ou na tua Delegação.

Colóquio sobre Stress de Guerra

A Delegação do Porto vai realizar no próximo dia 29 de Novembro, um Colóquio subordinado ao tema "A realidade do Distúrbio Pós-Traumático do Stress de Guerra, DPTS-suas causas e consequências".

Presentes no debate vão estar o Dr. Afonso de Albuquerque, Director do Serviço Clínico de Psicoterapia Comportamental do hospital Júlio de Matos, o Dr. Fausto Lourenço, Director Clínico do Serviço de Psiquiatria do Hospital Militar Regional Nº1 do Porto e o Dr. Gustavo Wallenstein, Psiquiatra.

A Sessão a ter início pelas 15H30, vai ter como principais temas em debate:

"O Papel da ADFA no despiste e diagnóstico do DPTS no ex-Combatente. Necessidade de articulação com outras entidades militares e civis".

"Stress Traumático - Critérios de diagnóstico e suas implicações prático-Clinicas".

"A experiência do Serviço de Terapia Comportamental no estudo e tratamento do DPTS."

SERVIÇOS AO DISPOR DOS ASSOCIADOS

ATENDIMENTO E APOIO AOS SÓCIOS

Informação sobre Direitos e Legislação de interesse.

- A.D.M.'S, Cartões, Comparticipações.

- Apoio na emissão e Renovação de Cartões de Lista Vermelha, Verde e Azul.

- Declaração para Empréstimo Habitação, Automóvel e Outros.- Apoio na adaptação de viaturas e do dístico identificativo de Deficiente

- Serviços Sociais.

- Assistentes do Serviço: **Sónia Aguiar, Rogério Nascimento**

GABINETE JURÍDICO

Consultadoria Jurídica. Acompanhamento de Processos

- Responsável: **Drª. Manuela Santos**

BAR / RESTAURANTE

Serviços de almoço: dias úteis e primeiros Sábados do mês

CONSULTAS SOBRE STRESS DE GUERRA

- Médico: **Dr. Gustavo Wallenstein**

- Marcações: **Sónia Aguiar, Rogério Nascimento**

CAMPO DE JOGOS

Sócios e Familiares. Domingos de manhã

- Marcações para utilização noutras datas: **João Coelho**

AQUISIÇÃO DE VIATURAS COM ISENÇÃO DE IMPOSTOS

- Viaturas de várias marcas e modelos

- Assistente de Serviço: **Elizabete Couto**

CONSULTAS DE PRÓTESES E ORTÓTESES NO HMRI (Porto)

- Novembro : Dias 13 e 27

- Dezembro : Dia 11

SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL

Atendimentos:

Segundas Feiras - das 14H00 às 17H00

Quintas Feiras - das 10H00 às 12H00

Sextas Feiras - das 10H00 às 12H00

- Assistentes de Serviço: **Carla Gradim, Isabel Sousa**

CONTACTOS: Telfs: 820403/ 820744 Fax: 825242

AGENDA

Dia 29 de Novembro (Sexta Feira)

15H00 - Colóquio no Auditório da Delegação sobre o DPTS (Stress de Guerra)

Participação de especialistas na matéria.

Dia 01 de Dezembro (Domingo)

12H30 - Almoço de Confraternização dos sócios de Arouca e Vale de Cambra

Dia 07 de Dezembro (Sábado)

Comemoração do 22º Aniversário da Delegação do Porto

Dia 08 de Dezembro (Domingo)

12H30 - Almoço de Confraternização dos associados de Stª. Mª. da Feira, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Ovar.

Dia 21 de Dezembro (Sábado)

15H00 - Festa de Natal no Auditório da Delegação.

Delegação da Madeira Festa de Natal

A Delegação da Madeira realizará no dia 08 de Dezembro (Domingo) com início ao meio dia, nas instalações da Banda Municipal do Funchal, à Rua 31 de Janeiro, nº 117, Funchal, a "Festa DE NATAL", dedicada aos filhos dos nossos associados residentes na Madeira.

Haverá um almoço-convívio, animação musical e distribuição de brinquedos às crianças até os 12 anos de idade.

É obrigatória a inscrição dos sócios e familiares, participantes, até ao dia 12, para melhor organização.

- Os brinquedos serão oferecidos pela Delegação

- As crianças até aos 6 anos não pagam

- Dos 6 aos 12 pagam 500\$00

- Além dos 12 pagam 1500\$00

Exposição fotográfica

A Delegação da ADFA na Madeira, realizou de 16 a 19 de Novembro uma exposição fotográfica com debate em mesa redonda para a qual foram convidadas algumas individualidades, alusiva ao tema "Guerra Colonial suas causas e consequências", tendo em linha de conta a sensibilização e esclarecimento das camadas mais jovens desse período da nossa História.

Acontecimentos como: Embarque das nossas tropas e visitas de altas individualidades assim como mostras de arte indígena, objectos e documentos pessoais de ex-combatentes, fardamento, aerogramas, cartas, livros, documentos, telegramas, fotografias elucidativas daquela época, lembranças da CVP e do então MNF, crachás, próteses, recortes de imprensa, gráficos e dados estatísticos elaborados pela ADFA e projecção vídeo com narrações de factos reais passados no teatro de guerra.

ADME

A Direcção da Delegação da Madeira informa todos os associados que a ADME não aceita recibos da Clínica Dentária "Alter do Chão" e do Centro Médico de Linda-a-Velha "Amatus Lusitanos".

Para comparticipação podem ser os recibos entregues na Delegação para serem enviados para a ADME, em Lisboa, ou directamente para a Sede deste Serviço, na Rua Rodrigo da Fonseca,

180 - 1093 Lisboa Códex.

Delegação de Faro Convívio associativo em Vila Real de Santo António

A Delegação de Faro promoveu, no dia 19 de Outubro, um encontro de associados da sua área em Vila Real de Santo António, em convívio que por lamentável lapso da nossa redacção, o "ELO" não deu a necessária e solicitada divulgação.

O encontro teve lugar no Restaurante "a Caçarola", propriedade de um nosso associado e contou com a presença de mais de cem participantes, entre associados e familiares. Para além de elementos de todos os órgãos sociais, daquela Delegação, estiveram presentes, o Vereador Substituto e da Cultura da Câmara Municipal local, Dr. Mário Sousa e o 1º Secretário da Direcção Nacional, Patuleia Mendes.

Durante o almoço, o Presidente da Direcção da Delegação de Faro, José Nicolau Rufino, dirigiu algumas palavras aos associados, incentivando-os à união "pois os nossos problemas ainda não estão resolvidos e se não estivermos atentos, até o pouco que temos nos hão-de querer tirar". Patuleia Mendes assentou o fio condutor das palavras que produziu em idêntico sentido, revelando aos presentes, o últimos desenvolvimentos em relação aos contactos com o Ministério da Defesa Nacional, incentivando os associados presentes a aglutinarem-se junto dos órgãos

da Delegação, no sentido de lhes darem um maior apoio e colherem informação rápida e correcta sobre o desenvolvimento das linhas de orientação da ADFA.

Terminaria as intervenções, o Dr. Mário Sousa presente que em representação do Presidente da edilidade, se congratulou com a realização daquele convívio em Vila Real de Santo António, dispondo-se pessoalmente e no que à autarquia for possível para acompanhar todas as realizações que naquela área a ADFA entende levar a efeito.

Depois do almoço houve uma troca mais intensa de informação entre o elemento da Direcção Nacional presente e os associados, o que permitiu clarificar algumas dúvidas e trocar opiniões sobre a estratégia reivindicativa da ADFA no que a legislação de deficientes militares se refere.

Delegação de Viseu Almoço Convívio

A Delegação de Viseu, vai promover um almoço convívio, no dia 30 de Novembro, Sábado. Convidamos todos os associados e familiares a participar.

Os sócios devem inscrever-se até às 18 horas do dia 27 de Novembro para a Delegação, por carta ou por telefone e fax 416 034.

Para alegrar o convívio não te esqueças de trazer o teu instrumento:
viola, acordeão, rebeca, etc.

Delegação dos Açores Convívio nas Furnas



Realizou-se, no dia 14 de Julho, um almoço de convívio, que contou com a participação de meia centena de associados e familiares e que decorreu em ambiente de grande confraternização.

O tradicional "Cozido à Portuguesa" e "Caldeirada de Bacalhau" foram feitos nas caldeiras das Furnas, sendo pretexto para um animado convívio associativo, importante para o fortalecimento dos laços que nos unem.

Campanha de angariação de fundos para a compra da Sede da Delegação

Nº Sócio	Nome	Donativo
6975	Luís Alberto Borges Cabral	3.000\$00
2634	António Branco Lopes Gonçalves	3.000\$00
5919	Jaime Fernando Leite Domingues	1.870\$00
5987	José Cabral Viveiros	50.000\$00
8154	Manuel Pereira Luís	2.000\$00
5807	Domingos Rocha Dutra	5.000\$00
6423	Maria Da Conceição Vigário Festa	5.000\$00
5902	António Manuel Medeiros Reis	6.000\$00
8602	Maurício Manuel Santos Silva	3.000\$00
5821	José Cabeceiras Tavares	5.000\$00
5920	João Carlos Medeiros Rufino	5.000\$00
7974	Frederico João Sampaio	5.000\$00
6192	António Benevides	10.000\$00
5985	José António Medeiros Pacheco	10.000\$00
7384	Carlos Januário Pacheco Agostinho	5.000\$00

Batalhão de Artilharia 2898 25 anos de regresso de Moçambique

Reencontro Cais de Alcântara 7/12/96

Almoço Hotel Costa Caparica 7/12/96

Contactos

Pécuro da 2632 Tel. (01) 2951346

Simões da 2631 Tel. (02) 9485089

Galvão da 2630 Tel. (062) 23577

Peixoto da CCS Tel. (039) 29174

Delegação de Famalicão Festa de Natal/96

Vai a Delegação realizar, como vem sendo já habitual, a Festa de Natal dedicada aos filhos e aos netos dos seus associados.

Realizar-se-á no dia 15 de Dezembro, Domingo, no Salão Paroquial de Esmeriz, mesmo local do ano passado, estando o seu início programado para as nove horas e trinta minutos (9H30).

Programa conhecido e habitual, do agrado geral de crianças e adultos, compõe-se dos simpáticos e divertidos Palhaços, do Ventriloquo, do Ilusionista e dos Cantores.

Como se tronou já um hábito, ansiosamente aguardado pelos nossos filhos e netos, principalmente entre os 8 e os 12 anos, procederemos no intervalo, ao habitual sorteio de uma Bicicleta de Montanha, podendo inclusive, haver surpresas durante o decorrer da festa.

Brevemente, receberás em casa a Caderneta com as também habituais cinco (5) rifas, cujo valor se mantém inalterado em relação ao ano passado, cuja receita é o suporte principal da nossa Festa de Natal.

O preço é de 750\$00 por rifa e 3. 750\$00 por caderneta, sendo o 1º Prémio, uma Bicicleta de Montanha de Alumínio e o 2º Prémio, uma TV Portátil a Cores.

Sorteamos um Prémio Surpresa entre todos os compradores de Cadernetas.

Apelamos mais uma vez á tua ajuda, comprando se possível a caderneta, ou caso não possas, o número de rifas que queiras, pois só com a ajuda de todos vós conseguiremos continuar a realizar ano a ano a nossa Festa de Natal.

Segue também um Boletim de Inscrição, onde inscreverás os teus filhos e/ou netos, com idade até aos 12 anos, inclusive.

Agradecemos o seu preenchimento e envio o mais rápido possível.

Devolve-nos as rifas que não quiseres ou não puderes comprar, juntamente com o boletim de inscrição.

A data limite para pagamento das rifas, é de 25 de Novembro, sendo após essa data, anuladas todas as não pagas e/ou não devolvidas.

-Lembra-te que contamos contigo e com a tua ajuda.

-Colabora connosco e com a Festa de Natal, comprando rifas.

-Comparece à mesma com a tua família, traz a tua mulher, teus filhos, netos e familiares.

-Esperamos por ti, não esqueças, 15 de Dezembro às 09H30.

A Direcção de Delegação

Noite Ribatejana

Casa do Povo de Aveiras de Cima



30/11/96

21H30

Zé Miguel
Joaquim Júlio
Xico Pimenta
Caetano Miranda
Gia Amador
Joaquim Gutierrez
Doutor Rui Malaca

Fadistas



Fernanda Santos
Maria Lúzia
Lurdes Amador
José Eduardo
José Alberto
Teresa Seabra

"Show" de Humor com os irmãos Lagoa
guitarra e viola: Luís Petisca e Pedro Pinhal
...e outras surpresas!

O petisco constará de bacalhau assado, caldo verde e vinho 750\$00 por pessoa, Mesa de 4 pessoas - 3 000\$00

Nestes preços estão incluídas as castanhas e a água pé Petiscos pagos à parte

Inscreve-te até 25 de Novembro de 1996

Telfs.(063)46305 ou (063) 45666

Organização do Núcleo de Aveiras de Cima
Aceitam-se inscrições no "ELO",Sede, até à mesma data, tendo os associados à sua disposição, e se as marcações o justificarem, um autocarro para a noite ribatejana com saída da Sede às 20H30.

AJUTEC'96 - Um sucesso a repetir

A ADFA, através do CRPG, esteve representada na "AJUTEC/96-IV Feira Internacional de Ajudas Técnicas e Novas Tecnologias para Pessoas com Deficiência", que se realizou na EXPONOR, em Matosinhos.

Do que foi este certame e do sucesso que obteve, dão-nos conta as duas peças que se seguem: a primeira de carácter noticioso geral, pela nossa Delegação do Porto; a segunda, referente às I Jornadas de Tecnologias de Apoio e Reabilitação que decorreram paralelamente àquela feira, da autoria da nossa colaboradora Marta Gouveia, do Gabinete de Estudos, Documentação e Informação da ADFA.

Decorreu de 26 a 29 do passado mês de Setembro mais uma edição da AJUTEC - 4ª Feira Internacional de Ajudas Técnicas e Novas Tecnologias para Pessoas com Deficiências, juntamente com a NORMÉMICA '96.

A feira, que teve lugar na Exponor, em Matosinhos, é uma mostra especializada, onde se apresentam as mais recentes tecnologias quer ao nível de equipamentos quer ao nível de produtos que se encontram disponíveis no mercado, de modo a permitir a integração de pessoas com deficiências na sociedade.

Os expositores (cerca de 85), dividiram-se por várias áreas desde a informação geral, métodos e materiais para habitação e reabilitação, mobilidade e acessibilidade, cultura, lazer, comunicação. De facto, desde cadeiras de rodas e elevadores a próteses, ortóteses, colchões, etc., foi possível ver de tudo nesta feira. Exactamente, ver, porque

comprar, apenas alguns o poderão fazer. Por exemplo, o preço de uma cadeira elevador de escada rondava os 2.300 contos, um elevador de transferência 620 contos. Aparelhos bastante úteis, concerteza, mas pouco acessíveis para quem realmente necessita deles. Mas em questão de acessibilidades, não eram só os produtos que estavam fora do alcance dos possíveis compradores, era quase necessário ser poliglota para entender os simples panfletos que se encontravam disponíveis nos stands. Afinal o que é nacional nem sempre é bom e os expositores optam por dar informações em quase todas as línguas excepto em português.

Segundo um dos expositores "esta atitude justifica-se pelo facto de os nossos clientes ainda terem aquela ideia de que o que é português é de fraca qualidade". Enfim uma questão de marketing, que resulta ou talvez não.

O PÚBLICO NÃO DESILUDIU

Esta 4ª Feira Internacional de Ajudas Técnicas e Novas Tecnologias ficou marcada pela enorme adesão por parte do público. Durante os três dias cerca de 6400 pessoas, entre as quais 4357 profissionais oriundos de vários países de todo o mundo, incluindo Portugal, deslocaram-se aos dois pavilhões da Exponor.

Assim, desde deficientes, familiares e assistentes, a técnicos de saúde e de reabilitação, professores e educadores, o número de visitantes superou todas as expectativas criadas. Os próprios expositores mostraram-se bastante satisfeitos com o impacto que esta feira teve perante a sociedade em geral.

O CRPG TAMBÉM ESTEVE PRESENTE

Para além do Secretaria-



do Nacional de Reabilitação e de várias organizações de deficientes, o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, como não podia deixar de ser, também teve a sua participação na AJUTEC'96.

Neste stand, estiveram expostos produtos fabricados nas próprias oficinas do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, (próteses e ortóteses); cadeiras de rodas e ajudas para a vida diária.

O C.R.P.G. fez também uma apresentação dos diferentes serviços que presta.

Desde formação profissional, apoio ao emprego, quer por conta própria quer no mercado normal de trabalho, emprego protegido, ajudas técnicas, acompanhamento e avaliação, informação e apoio no acesso a fontes de financi-

amento, etc. o C.R.P.G. tem, de facto, um vasto leque de áreas e serviços bastante úteis aos deficientes. Tudo isto com o objectivo de promover a autonomia na vida activa e na vida diária.

No que respeita ao funcionamento do centro, este dá particular atenção à formação profissional. Existem várias áreas de formação, desde electrónica, desenho assistido por computador, administração e gestão, tecelagem carpintaria entre outras. Qualquer pessoa que se dirija ao centro com o intuito de ter formação profissional, passa em primeiro lugar por uma fase de avaliação, em que são testadas as suas capacidades e depois é encaminhada para o curso que melhor se lhe adequa. Estando o formando

apto a ir trabalhar é colocado numa empresa do ramo em que se formou, onde faz um estágio, estágio esse que é também remunerado. O objectivo é integrar o deficiente na vida activa. O problema que se coloca é o da aceitação por parte das empresas de funcionários deficientes. Segundo a Dra Alexandra Couto, do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, "em Portugal, actualmente, as empresas ainda não estão sensibilizadas para o problema dos deficientes e para a necessidade da sua integração no mundo do trabalho".

Assim, é necessário um maior empenho por parte de todos os interessados de modo a sensibilizar e ao mesmo tempo pressionar as entidades responsáveis em todo este processo.

I Jornadas de Tecnologias de Apoio e Reabilitação

No dia 27, paralelamente à feira e também na Exponor, realizaram-se as I Jornadas de Tecnologias de Apoio e Reabilitação, subordinadas ao tema "Soluções e Serviços".

Foi um dia inteiro em que se expuseram e debateram questões relacionadas com as mais recentes tecnologias de apoio às pessoas com necessidades especiais.

Os objectivos das Jornadas foram:

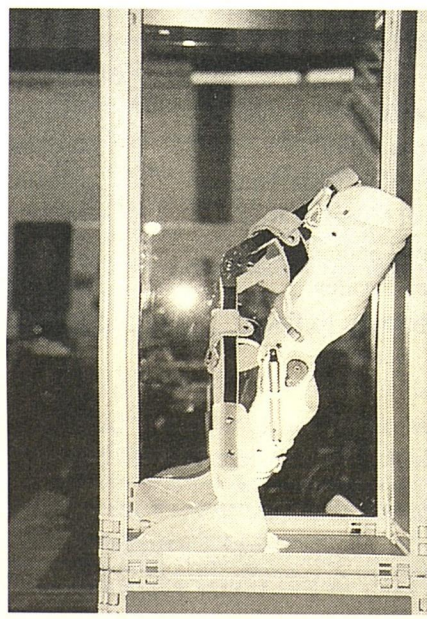
- promover o conhecimento entre os diversos intervenientes nacionais na área das tecnologias de apoio e reabilitação e das actividades que desenvolvem;
- divulgar produtos e serviços junto dos utentes, entidades prestadoras de serviços e organismos oficiais envolvidos;
- promover o desenvolvimento das competências profissionais dos técnicos de reabilitação;
- contribuir para uma reflexão estratégica sobre a área e para a definição de futuras iniciativas, nos planos de investigação e desenvolvimento, da prestação de serviços e dos potenciais mercados.

A primeira comunicação versou sobre "O Papel das Novas Tecnologias e Serviços para Pessoas com Deficiência e Idosas", papel esse que é essencialmente o de melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência, idosos e doentes crónicos, populações com necessidades diferentes, mas às quais se aplicam muitos dos mesmos princípios.

Mas as tecnologias, só por si, não chegam. Como frisou a Engª Cristina Crisóstomo, do CRPG, as tecnologias têm que ser flexíveis, acessíveis e fáceis de utilizar, e as soluções devem ser integradas e standardizadas. Ainda assim, não é suficiente as pessoas com necessidades específicas viverem na "redoma" duma casa inteligente e deslocarem-se para a "redoma" de um posto de trabalho robotizado, quando pelo meio encontram todo um conjunto de barreiras arquitectónicas e culturais. As pessoas têm que ser integradas também - e principalmente - cá fora, e isso começa quer pela atitude dos "outros" em relação à deficiência quer pelo facto da acessibilidade ter que ser *construída*, e não *adicionada* às construções já existentes. Tudo isto pressupõe, nomeadamente ao nível das casas e dos locais de trabalho, uma modificação e uma reinvenção do espaço.

Não faltou o tema das plataformas telemáticas na assistência

a pessoas com necessidades especiais. O futuro, já a ser experimentado, vai conhecer serviços especializados prestados por pessoal especializado. As habitações poderão ser totalmente controladas através de um computador, que executa ordens e regista todos os "movimentos" da pessoa dentro de casa.



Uma prótese executada no CRPG

alguma tarefa não é desempenhada dentro do horário normal e não se consegue estabelecer contacto com a pessoa, a família é automaticamente alertada.

Jorge Santos e Manuel Monteiro, investigadores do programa TIDE, deram a conhecer, na sua comunicação "Sistemas e Serviços Telemáticos para a Integração de Deficientes e Idosos", um sistema de telealarme (alarme à distância). É um sistema operado por computador que dá o alerta para 29 situações diferentes, entre elas a entrada de um

intruso, porta da rua aberta, fuga de gás, falha de energia, etc.. Também o cliente pode accionar o dispositivo, para um pedido de ajuda, por exemplo.

Às 16h00 teve lugar a sessão de debate. Foram focados problemas relativos a financiamentos e verbas disponíveis; o Dr. Jerónimo de Sousa sublinhou a dependência dos fundos e projectos comunitários para que em Portugal se faça alguma coisa - ou seja, não fazemos nada por nós próprios.

A questão do acesso às tecnologias foi também debatida. De nada vale se elas existem e ninguém lhes pode aceder. Por outro lado, é premente a necessidade dos *protótipos* passarem a *produtos*.

Na sessão de encerramento foram apresentadas as conclusões das Jornadas pelo Prof. Manuel de Oliveira Duarte. Depois de se ter feito notar a ausência do SNR, concluiu-se que em Portugal existem os meios, existem os investigadores (embora algo desarticulados entre si), mas, em muitos casos, o produto do trabalho acaba por ir para o estrangeiro.

Os utilizadores do produto têm um papel fundamental no seu desenvolvimento - só se chega a um bom produto depois de muito o experimentar.

Não faltou a referência ao facto de que são necessários mais apoios económicos e políticos para que o esforço continue a ser feito e traga frutos.

O representante do Ministério da Indústria realçou a necessidade de divulgação das tecnologias de apoio e do tema da reabilitação em geral para que se produza o impacto necessário. Há que ir buscar as empresas que ajudem a transferir os produtos para o mercado, trabalhando assim em conjunto com os profissionais de reabilitação e trazendo um pouco de "mercantilismo" a esse mundo, acabando por tornar os produtos mais baratos e acessíveis a cada vez mais pessoas.

O encontro terminou com um debate vivo, no qual se destacaram os desafios organizacionais e tecnológicos que se nos põem, bem como o crescente interesse que o meio científico está a demonstrar pela população com deficiência e suas dificuldades.

16ª. Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus da FMAC

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A 16ª. Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus (CPAE), da Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra (FMAC) realizou-se em Nicósia, de 14 a 17 de Setembro.

Este evento foi precedido por uma reunião do grupo de trabalho sobre a revisão estatutária da FMAC, realizada no dia 13 de Setembro.

A ADFA esteve presente, com uma delegação constituída pelo 2º. Vice-Presidente da Direcção Nacional, Catarino Salgado, o membro do Conselho Nacional, José Arruda, que ocupava o cargo de Presidente da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus, e o consultor jurídico da Associação António Carreiro.

Numa cidade como Nicósia, dividida artificialmente por uma linha que separa, na aparência, as comunidades cipriotas grega e turca, esta reunião da FMAC assumiu um contexto altamente simbólico e político.

Tivemos a ocasião de sentir o ambiente de tensão existente, concretizado pela presença de soldados armados dos dois países em litígio, Grécia e Turquia, tendo a separá-los uma rede de postos das forças internacionais de paz das Nações Unidas.

Uma vez mais estivemos em presença de uma situação que poderá provocar, e já provocou, a morte e o sofrimento não só aos soldados envolvidos, mas também, na população civil que apenas pretende levar a sua vida do dia a dia pacificamente.

Esta realidade esteve presente durante toda a conferência, não só pelos repetidos apelos da associação cipriota grega dirigidos à comunidade internacional, mas também pela ausência notória da delegação turca.

Apesar destes factos, a associação de veteranos de Chipre recebeu muito bem os delegados à CPAE, fazendo todos os esforços para que as condições de trabalho fossem as melhores possíveis.

O Governo e as restantes autoridades locais deram todo o apoio aos trabalhos, tendo o Presidente da República de Chipre recebido todas as delegações numa recepção efectuada na sua residência oficial.

Durante toda a conferência, as associações dos países da Europa Central e Oriental e a ADFA não deixaram cair a temática dos deficientes militares e da sua reabilitação.

As posições assumidas

pela ADFA, que, é indiscutivelmente uma organização respeitada na FMAC, foram de novo afirmadas com vigor. As intervenções da nossa Associação, que decorreram

FMAC reafirmou o seu apoio às posições defendidas pelas delegações sobre este assunto.

2 - 6ª. Conferência sobre Legislação.

4 - Situação Financeira da FMAC

Nesta matéria a Associação propôs que fossem toma-

seus consideráveis recursos para esta realização.

Pensamos que o interesse deste Simpósio, é evidente, uma vez que irá contar com a presença dos maiores especialistas mundiais na matéria e que serão convidados todos os países intervenientes no conflito da ex-Jugoslávia.

Esta realização conta também com o apoio completo do "Bureau" Executivo da FMAC.

No domínio das realizações concretas, a ADFA solicitou e obteve apoio da delegação holandesa e da representante dos Estados Unidos para o projecto de Silves.

O grupo de trabalho do Instituto Superior Técnico, que está a estudar este Projecto inovador, tinha pedido que o pusessem em contacto com projectistas e arquitectos que noutros países do mundo estiveram na origem de acções semelhantes.

Assim fizemos e esperamos que os contactos que se irão estabelecer possam ser propícios para a concretização deste empreendimento.

Foram igualmente realizadas conversações com o representante da FMAC junto das Nações Unidas em Genebra, que dirige uma Fundação destinada a apoiar técnica e financeiramente projectos de e para pessoas com deficiência. Pensamos que ficou aberta a porta para cooperação e colaboração futura neste domínio.

REVISÃO ESTATUTÁRIA DA FMAC

Pelo que foi relatado no decorrer desta revisão da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus, é evidente que a estrutura da FMAC deverá sofrer alterações substanciais que lhe permitam fazer face aos novos desafios, decorrentes das alterações que tiveram lugar no Mundo desde o final da 2ª. grande Guerra Mundial.

É meritório e importante o esforço que a ADFA tem feito com este objectivo.

Na reunião de trabalho efectuada no dia 13 de Setembro, em que estiveram presentes os nossos camaradas José Arruda e António Carreiro, foram aprovadas, entre outras, medidas tendentes a assegurar a representação efectiva das Comissões Permanentes no "Bureau" Executivo, a democratizar as eleições para este órgão executivo, bem como a levantar o número de mandatos que os seus membros poderão efectuar uma vez eleitos.

As intervenções dos nossos representantes neste grupo de trabalho foram importantes e decisivos nestas matérias.



Discurso do presidente da CPAE, José Arruda, lido pelo 1º vice-presidente da ADFA Catarino Salgado

durante as reuniões dedicadas à Cooperação Europeia, Assuntos Sociais e ao Suporé Financeiro da FMAC, provocaram bons debates e o apoio de várias delegações.

INTERVENÇÕES DA ADFA

Os assuntos que foram abordados pelos nossos representantes foram os seguintes:

1 - Recomendação Nº. 22 da 21ª. Assembleia Geral da FMAC.

Esta recomendação refere-se à produção e venda de minas anti-pessoal indetectáveis e de armas "Laser". A propósito deste assunto foi relatada a nossa experiência em Angola, onde existem, de acordo com os dados revelados pela comunicação social, mais de dois milhões de minas implantadas, em muitos casos de modo anárquico e aleatório.

Relatámos a terrível situação dos deficientes militares angolanos, da absoluta necessidade de ajuda da comunidade internacional e da existência de mais de 250 mil amputados, de acordo com os dados da Organização Mundial de Saúde.

Os delegados presentes foram informados que a nossa Assembleia da República tinha ratificado a respectiva convenção de proibição destas armas, tendo a ADFA sido convidada a assistir a este evento.

No decurso do debate que se seguiu foram relatadas as situações, que se vivem na Bósnia e noutros países da ex- Jugoslávia, provocadas pela presença de numerosas minas, do sofrimento que as mesmas causam e do enorme custo humano e material das operações de desminagem.

O "Bureau" Executivo da

A propósito de duas intervenções das delegações da Polónia e da Lituânia, a ADFA propôs que as recomendações adoptadas na 6ª. Conferência Internacional sobre Legislação fossem acompanhadas na sua aplicação pela FMAC.

Esta proposta envolveria o envio do conjunto das recomendações aos governos dos países representados nesta Conferência, e de um inquérito sobre o modo como as mesmas estavam a ser aplicadas.

O "Bureau" Executivo não concordou com a referida proposta, embora estivesse de acordo que alguma acção deveria ser desencadeada, a nível global, para acompanhar este assunto.

A ADFA insistiu, salientando o papel preponderante da opinião pública internacional e da necessidade de acção ao mais alto nível por parte da FMAC.

3 - Cooperação com os PALOP.

A nossa Associação relatou o esforço em matéria de cooperação, que está a ser efectuado com a associação angolana AMMIGA, dirigido aos deficientes militares angolanos, com o apoio dos Governos Angolano e Portugueses.

O assunto despertou o interesse em especial da delegação inglesa e dos observadores da Comissão Permanente dos Assuntos Africanos. Estes últimos solicitaram à ADFA uma reunião informal, para tomarem conhecimento em pormenor das acções em curso e das que se projecta realizar.

O nosso trabalho será publicitado, segundo nos foi dito, no Boletim Informativo da Comissão Africana.

das medidas concretas, nomeadamente que se impedisse que as associações que não pagam as respectivas quotas, fossem impedidas de serem eleitas para cargos dentro da FMAC.

Salientamos que não nos parecia justo que enquanto alguns países fazem um esforço enorme para manter as suas quotas em dia, outros há que o não fazem, usufruindo no entanto dos mesmos direitos no seio da organização.

Fizemos também, um apelo à imaginação do Tesoureiro da FMAC e do respectivo grupo de apoio financeiro (que não funcionou, tendo sido dissolvido nesta reunião), para encontrarem soluções para a difícil situação da organização.

O "Bureau" Executivo da FMAC, com a sua experiência velha de 50 anos, não forneceu qualquer resposta concreta às questões por nós defendidas, embora afirmasse que algumas medidas iriam ser tomadas nesse sentido.

5 - Simpósio Internacional sobre "Stress de Guerra".

A iniciativa da delegação da Croácia de efectuar em Dubrovnic, em Maio do próximo ano, um Simpósio Internacional sobre "Stress de Guerra", mereceu todo o apoio por parte da ADFA e da delegação Holandesa.

Talvez por este facto, recebemos um interessante convite para estarmos presentes em Outubro próximo, em Zagreb, num encontro preparatório, para avaliação da situação local e para discussão prévia da organização da mesma.

A delegação inglesa veio posteriormente a dar todo o seu apoio a este evento, disponibilizando todos os

Para que o trabalho final deste grupo possa ser apresentado à próxima Assembleia Geral a realizar no final de 1997 em Seoul, falta acertar pormenores importantes, tais como o modo como se procederão às eleições, métodos a seguir e outros aspectos.

Ficou decidido que este grupo de trabalho reunirá pela última vez em Paris, em Fevereiro de 1997, para poder apresentar as suas recomendações finais à Assembleia Geral nesse mesmo ano.

No dia 14 de Setembro, nas cerimónias de abertura da 16ª. Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus, foi efectuado um discurso pelo representante do Secretário Geral das Nações Unidas em que foi realçado o papel importante que desempenham as Organizações não governamentais na defesa da Paz e da solidariedade entre os Povos.

Foi salientado neste discurso o facto de este encontro se ter realizado em Chipre, onde existe uma ameaça à Paz e onde as Nações Unidas procuram que se abram caminhos de diálogo e compreensão entre duas comunidades actualmente separadas por uma fronteira marcada pelo ódio e intolerância recíprocas.

O nosso camarada José Arruda presidiu aos trabalhos desta 16ª. Reunião da CPAE.

O seu discurso dirigido aos delegados presentes foi de grande humanidade e pleno de significado político.

No final da reunião, quando se procedia à eleição do futuro Presidente da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus, tomou a decisão, estritamente pessoal, de não se candidatar a este cargo agradecendo à delegação da Polónia o facto de ter proposto o seu nome, de novo, para este cargo.

Foi eleito para o cargo de Presidente da CPAE, o delegado Cipriota Sr. Andreas Christoph, por proposta das delegações da Finlândia e do Luxemburgo sem quaisquer votos contra.

Esperamos que este relato tenha dado aos nossos associados e aos leitores do Elo a informação necessária para a compreensão do que se passou em Chipre na Reunião da CPAE de 14 a 17 de Setembro.

Pela parte da delegação da ADFA, esperamos que o nosso trabalho e o dinheiro que gastámos ao serviço da Associação, tenha valido a pena e justifiquem em resultados concretos para a ADFA e para os deficientes do mundo em geral.

Colóquio sobre Stress de Guerra

Na Sede da ADFA, realizou-se no passado dia 4 de Outubro um colóquio sobre o "Stress de Guerra", presidido pelo General Ramalho Eanes. Na mesa estavam também o presidente e 1º vice-presidente da ADFA, Lavouras Lopes e Lopes Dias, para além dos técnicos convidados a intervir: o Professor Afonso de Albuquerque, Director do Serviço de Psicoterapia Comportamental do HJM, o Dr. José Leitão, Director do Serviço de Psiquiatria do Hospital Militar Principal, o Dr. José Tropa do serviço clínico da ADFA e o Dr. Fernando Brito que moderou os trabalhos.

O general Ramalho Eanes fez um discurso eminentemente político e disse a terminar: "(...) há que assumir esta guerra plenamente, e quando se assume um acto histórico colectivo plenamente há que assumir as suas consequências, nas quais se incluem as que incidem nos homens, que na boa e generosa tradição democrática eram chamados as pedras vivas. Há que responder às consequências de maneira inteiramente responsável. Esta resposta parte também da colectividade. Deve ser não desta ou daquela instituição em particular mas do poder político em geral. Significa isto, portanto, que é responsabilidade inteira dos governantes políticos responderem a todas as situações deste tipo, ajudando a que esses homens, as tais pedras vivas, consigam viver de forma equilibradamente plena.

É pena que esta questão só agora seja tratada, mas é bom que seja tratada agora."

Na abertura dos trabalhos o 1º vice-presidente da DN, Lopes Dias, começou por afirmar que temos na ADFA um corpo clínico capaz de fazer o despiste, o acompanhamento, o tratamento daqueles que nos procuram. Considerou, no entanto, que "com esta experiência, possamos dar passos mais largos, muito em breve.

Frisou em seguida a necessidade de se trabalhar em equipa pois "este é um trabalho que exige multidisciplinaridade, cooperação entre as partes e que exige que de uma vez por todas deixemos de estar de costas voltadas uns para os outros e que "associações e técnicos devemos dar as mãos, cooperar no sentido de o mais rapidamente possível, a curto e médio prazo encontramos soluções para estes homens, no aspecto de assistência médica e no aspecto de indemnizações

O primeiro orador foi o professor Afonso de Albuquerque que apresentou alguns dados sobre um trabalho de equipa desenvolvido desde 1986, inicialmente com doentes enviados ou escolhidos pela própria ADFA, nos dois primeiros anos, e depois com doentes enviados de todo o país e ilhas".

GUERRILHA É TRAUMATIZANTE

Afonso de Albuquerque começou por esclarecer que "a situação de guerra, nomeadamente de guerrilha, é provavelmente a situação mais traumática que é possível encontrar na experiência humana, dado que nessa experiência de guerra estão juntos factores múltiplos que, evidentemente, não se encon-

tram em mais qualquer outra situação traumática."

Enumerou de seguida os três factores que provocam a doença: exposição ao combate (duração dessa exposição); a intensidade dessa exposição ao combate; e a proximidade, (cada combatente estava muito próximo de todos os factores de stress).

A respeito depois do "porquê, só agora?" considerou que é um problema que "tem a ver com o país em geral e com a sociedade portuguesa" a começar pelas Forças Armadas, "que não tem estado sensível a este problema. Criticou o facto de em Portugal competir "às Forças Armadas decidir quem é ou não deficiente das Forças Armadas, o que não acontece na maioria dos países: "é um pouco como se fosse o patrão a avaliar se o seu trabalhador ficou ou não incapacitado, após um acidente de trabalho".

MAS EU NÃO CONHEÇO ESSA DOENÇA!

Sobre o que de passou nos últimos dez anos, disse que se tem travado "uma luta reconfortante, mas de qualquer forma dura, no sentido de levar a própria classe médica, nomeadamente os psiquiatras, a uma maior sensibilidade a esta questão. Estamos ainda longe de termos conseguido a sensibilidade da maioria dos meus colegas, ou seja, continua a haver casos, em que, por exemplo, doentes nossos, vão a uma junta médica e os médicos da junta, que não são psiquiatras, mas que têm competência em medicina do trabalho, dizem-lhes: Mas eu não conheço esta doença! E isto repete-se vezes sem con-

ta (...). Há, portanto, ainda muitos indícios de que este trabalho de sensibilização da classe médica e naturalmente da sociedade portuguesa, está apenas começado e está longe sequer de estar feito".

EXPOSIÇÃO AO COMBATE

Apresentou alguns dados de um estudo com origem nos Estados Unidos, que "encontrou em veteranos da guerra no Vietname, em 1990, 15.2% dos veteranos dessa guerra, que sofrem de perturbação pós-traumática do stress". Estes números foram divididos em sub-grupos: um que teve uma alta exposição ao combate; e o outro que teve uma exposição moderada ou baixa ao combate, tendo-se constatado que "os números variam imensamente. Vemos assim que aqueles que tiveram uma exposição alta ao combate, 38.5%, sofrem neste momento de DPTS; do outro subgrupo, apenas 8.5%. Eu julgo que estes números apontam imediatamente para que o que diferencia basicamente o aparecimento ou não de DPTS, é a exposição ao combate: quanto mais elevada ela foi em termos de intensidade e duração, maior a probabilidade de aparecer DPTS.

Apresentou depois, apoiado pela Drª Fani Lopes, alguns números que, segundo afirmou, podem causar "alguma controvérsia e por isso mesmo eu os apresento para falarmos sobre eles e os enfrentarmos cara a cara. Estes números são da guerra do Vietname e da guerra colonial portuguesa. A duração foi aproximada, nove anos para o Vietname, treze para nós, o número total de tropas envolvidas, foi, de 2.8 milhões para



os soldados do Vietname e oitocentos mil para a nossa guerra. As tropas em combate, um milhão para o Vietname e duzentos e oitenta mil para a nossa guerra colonial. Evidentemente este número começa a ser apenas uma extrapolação das percentagens apresentadas pelos americanos, pois os únicos registos oficiais existentes, que foram publicados pelo Estado-Maior do Exército, não nos dizem quantos daqueles oitocentos mil homens estiveram em combate, mas por extrapolação dos números americanos apontamos um número de duzentos e oitenta mil soldados portugueses que estiveram expostos ao combate. Continuando esta extrapolação, temos quinhentos mil soldados americanos que estiveram no Vietname, que hoje sofrem de problemas psicológicos crónicos. Quinhentos mil é o número americano, este número é oficial. Extrapolando para a nossa realidade apontamos para o número de cento e quarenta mil soldados portugueses com

problemas psicológicos crónicos, ou seja, nem todos terão DPTS. É bom que esta ressalva seja feita, pois tem dado origem a muitas confusões. Podem ser depressões, alcoolismo, o agravamento de problemas psicológicos que já existiam.

Vamos agora tentar subdividir estes números. Em relação ao DPTS, que é de facto de todas as doenças psicológicas que estes doentes podem sofrer a mais grave, já vimos que o total de tropas enviadas, oitocentas mil, tiveram exposição ao combate, cerca de trezentas mil. Este número é um bocadinho diferente do anterior e vemos então o seguinte: de todos os expostos ao combate, 30%

sofreram pelo menos um acesso de DPTS, na fase aguda, logo a seguir ao combate, e que se prolonga às vezes até um ano, passando em seguida, e não voltando mais. Estes seriam cem mil, 30% daqueles que estiveram em combate. Passando no entanto à fase crónica, aquilo que serão os doentes de hoje, os doentes que nós vemos com DPTS, passaram da fase aguda, que sofreram durante a guerra, para a fase crónica. Estes serão cerca de cinquenta mil, segundo estes números. São portanto estes cinquenta mil os números mais importantes, pois são as pessoas que mais afectadas estão psicologicamente".

O Dr. Afonso de Albuquerque esclareceu que tinha começado este trabalho em 1986, com a iniciativa da ADFA de organizar um congresso internacional sobre DPTS e que ao fim de 10 anos, as coisas estão melhores. Já existem consultas espalhadas um pouco por todo o país. Frisou no entanto que "este é essencialmente um problema político" e que "uma solução adequada tem de vir da promulgação de leis, que ainda não foram feitas".

ESTAMOS SUJEITOS A TABELAS

Após esta intervenção usou da palavra o Director do Serviço de Psiquiatria do Hospital Militar Principal, Dr. José Leitão, que começou por afirmar que o "Serviço de Psiquiatria do Hospital Militar, com todas as limitações que tem, quer institucionais, quer da própria dimensão que tem, tem feito todos os esforços no sentido de ver reconhecida esta patologia". No entanto, realçou que "estamos sujeitos a tabelas e estas não contemplam este tipo de diag-

nósticos (...). Por estas razões, no grupo dos distúrbios pós-traumáticos do stress, não há efectivamente um isolamento deste grupo face à patologia geral, por insuficiência legislativa, o que ocasiona dificuldades em fazer sentir às juntas e às autoridades que depois vão homologar os pareceres das juntas, da existência de toda esta complexidade.

Considerou que, apesar de tudo, alguma coisa já se avançou nesta matéria pois "neste momento conseguimos o mesmo tratamento para doença adquirida em serviço de campanha e para a doença agravada em serviço de campanha".

O Director do Serviço de Psiquiatria do HMP fez uma análise histórica da forma como esta doença foi progressivamente encarada e legislada desde a 2ª Guerra Mundial até 1994, ano em que a Organização Mundial da Saúde estabelece de forma definitiva os critérios de diagnóstico na norma DSM4

Analizou depois os critérios de análise que "são essencialmente, a existência do acontecimento traumático e o acontecimento traumático tem de ser um acontecimento que ultrapassa em intensidade, em duração e em dramatismo aquilo que são os acontecimentos correntes da nossa vida, (...) para os quais, culturalmente, não estão preparados".

Disse depois que "após o acontecimento traumático, surgem fundamentalmente três mecanismos:

- A Repetição, é uma repetição sistemática do trauma; é quase uma compulsividade, isto é, a personalidade reage ao trauma de uma forma compulsiva tentando resolvê-lo, isto aparece-nos, nos sonhos, nos pen-

samentos introzivos, em reacções fisiológicas...;

-Sintomas de evitamento. Aqui é a personalidade traumática que se forma, a pessoa passa a evitar todos os estímulos (...) defende-se dele, afastando-se dele...;

- A Excitabilidade, é um estado de alerta, de hipervigilância, que se traduz também a todos os outros níveis, desde a insónia, iratibilidade, explosões, à ira. Portanto, este estado de alerta permanente é outra das consequências e que faz parte do síndrome do DPTS".

Referiu que "o alcoolismo é uma complicação frequente no DPTS. Esta complicação muitas vezes começa no próprio teatro de guerra; é habitual no relato dos combatentes, a imersão durante o serviço de campanha, em álcool".

PESQUISAS REMONTAM À 1ª GUERRA MUNDIAL

Após o intervalo, os trabalhos recomeçaram com uma intervenção do Dr. Alfredo Tropa, psiquiatra do corpo clínico da ADFA que fez um "historial" desta doença e referiu que o primeiro estudo sistemático da relação entre trauma e doença psiquiátrica foi realizado por Pierre Jeannet antes da 1ª Guerra Mundial de 1914-1918, que já nessa altura escrevia: "Certos acontecimentos deixariam indelévels e angustiantes memórias, memórias essas que o indivíduo revive continuamente e com as quais se sente atormentado dia e noite". No entanto Jeannet entendia que diferentes temperamentos e personalidades predispunham os indivíduos a diferentes reacções ao stress. O Dr. J. Tropa considerou que, embora este contributo tenha sido importante, o seu legado foi algum tempo esquecido e desvirtuado com a emergência da psicanálise e que mais tarde se avançou para o conceito mais abrangente de fisio-neurose. Após a 2ª Guerra Mundial começou a aparecer abundante informação e apareceu a psico-terapia de grupo. Hoje parece não existirem já dúvidas sobre a aceitação pela comunidade científica internacional do distúrbio de stress pós-traumático, como entidade clínica diferenciada, de evolução longa e muito incapacitante, cujo diagnóstico obedece a critérios bem definidos e claramente referidos nas mais modernas

classificações psiquiátricas, como por exemplo a Clasificação Internacional das Doenças da Organização Mundial de Saúde.

ARTICULAÇÃO NA PRÁTICA COM TODAS AS INSTITUIÇÕES



Intervenção, no debate, do presidente da Delegação do Porto, Abel Fortuna

O Dr. Alfredo Tropa, no fim da sua intervenção, propôs uma colaboração futura, melhor articulada na prática, com todas as instituições e sensibilidades com interesses nesta área, para o tratamento de muitos destes casos, não só do ponto de vista clínico, mas também das implicações sociais e familiares decorrentes, de uma forma mais célere e porventura mais justa.

Depois desta última alocução por parte dos técnicos convidados, abriu-se o debate, com a intervenção do director da revista "APOIAR", Mário Gaspar, da Associação de Apoio aos ex-Combatentes vítimas de Stress de Guerra, que afirmou que aquela organização não recebeu qualquer tipo de subsídio do Estado.

Referiu depois que existem casos de ex-combatentes, que nem família constituiriam, pois têm medo das responsabilidades e que tem conhecimento de casos, em que ex-combatentes que sofriam de "stess de guerra", se suicidaram.

INCOMPETÊNCIA DAS JUNTAS DA CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES

Abel Fortuna, presidente

da Direcção da Delegação do Porto, fez uma intervenção onde afirmou que há mais compreensão por parte dos médicos militares, do que das juntas civis, que não estão sensibilizadas para estas questões.

Disse ainda que em 1995

e 96, a Delegação do Porto detectou cerca de 40 casos em que se verifica esta patologia do DPTS em forma acentuada. Têm contado com colaboração, por parte do Dr. Gustavo Wallenstein, médico psiquiatra. Informou que o Hospital Militar do Porto, no dia da sua unidade, o tema debatido foi o DPTS, onde se afirmou que era necessário que a instituição militar assumisse de uma vez por todas estas responsabilidades.

A este propósito, o Dr. José Leitão esclareceu: "Os doentes são avaliados, são propostos para a incapacidade, sendo-lhes atribuída uma desvalorização. Depois é dirigido todo esse processo à Caixa Geral de Aposentações. Portanto nós, Hospital Militar, não temos qualquer tipo de intervenção no que concerne a esse aspecto. Mas se me perguntarem, como cidadão, o que eu acho, eu responder-lhes-ei que é de uma enorme incompetência por parte dos médicos que presidem às Juntas da Caixa Geral de Aposentações, usarem de um poder discriminativo contra a opinião científica geral, ainda por cima numa patologia, numa área que é reconhecida pela Organização Mundial de Saúde.

O jurista da ADFA, Dr. António Carreiro, disse a este

propósito, que os chamados deficientes em serviço são qualificados, em ultima análise, pela Caixa Geral de Aposentações, o que nos tem criado alguns problemas, pois quando um militar não é qualificado em campanha, o processo dele transita para a Cai-

xa e esta frequentemente discorda da junta militar.

Abel Fortuna, na continuação da sua intervenção considerou que todos aqueles que, embora não tenham DPTS, mas que sofram de perturbações do foro mental, sendo até de origem congénita, mas que o serviço militar agravou substancialmente, e que hoje estão tão acentuados como os que têm DPTS, devem ser objecto de apoio por parte do Estado. Mais adiante afirmou discordar da posição que diz que só aqueles que entraram em situações de combate, sofrem de DPTS,

O Dr. Afonso de Albuquerque respondeu a esta questão e concordou quando diz que não só os que estiveram em combate, sofrem de DPTS", e citou o caso de uma pessoa que ficou com esta doença no cumprimento da recruta e um outro que se recusava a combater e era preso sempre que se recusava, mas nunca combateu, mas toda esta experiência lhe provocou traumas e ainda hoje sofre de DPTS. No entanto, realçou, novamente, que a exposição ao combate é o factor número um do DPTS,

O presidente da MAGN, Jorge Maurício, fez uma intervenção onde considerou que ainda se encara a psiqui-

atria como algo ligado à "bruxaria". Que os cientistas, os técnicos relacionados com esta doença reconhecem que ela existe, mas por outro lado "os médicos administrativos", dizem que não conhecem esta doença, e interrogou como é isto possível, se

todos estes médicos estão inscritos na mesma Ordem.

Considerou que a nível da ADFA temos que continuar a lutar, para conseguirmos arranjar processos de destruir "esta teia maldita, que envolve os que têm DPTS".

O nosso associado Mário Inácio, do Conselho de Reabilitação, afirmou que os indivíduos afectados pelo DPTS, morrem cedo, e se não morrem pela doença, muitos deles suicidam-se. E acrescentou que é bom que se saiba que a maior parte destes indivíduos não lutam apenas pela pensão, mas também para que os ajudem psicologicamente

HÁ QUE ENCONTRAR OS NÚMEROS CORRECTOS

O presidente da Direcção Nacional da ADFA fez uma longa reflexão sobre esta matéria e começou por lembrar a forma como a comunicação social, a propósito dum simpósio realizado pela ADFA em 1986, dava a seguinte imagem: "Os deficientes das forças armadas, embebedam-se, faltam ao trabalho e dão tareias nas mulheres". Lavouras Lopes disse que ficou chocado, pois viu "de uma assentada anulando um trabalho de dez anos,

feito por esta Associação" e que se tinha a mesma imagem pública, "que antes do 25 de Abril, dos deficientes militares, desses farrapos humanos, enfim, abatidos à carga das forças armadas, tal como material obsoleto".

Lembrou que a ADFA internou alguns soldados nossos, "que nós denominávamos deficientes mentais, a pedido das próprias famílias, que diziam já não os poder aturar"

No que concerne aos números apresentados pelo Dr. Afonso de Albuquerque afirmou: "nós, temos dúvidas acerca desses números, nós questionamos esses números" e que por isso temos que nos empenhar em encontrar esses mesmos números, mas correctos. Já que as entidades competentes não lançam mãos à obra, lançamos nós".

Referiu que a afluência às consultas de stress de Guerra na ADFA é inferior ao que era esperado e (...) talvez isso se deva ao facto de: "muitos deles sofrerem em silêncio, no seio das suas famílias, e que, talvez a família portuguesa tradicional, com as suas características próprias, sirva como almofada, como esponja e absorva e esconda e guarde estes problemas, que irão para a tumba, para a cova, com os ex-militares".

Terminou realçando o papel que a ADFA teve, no seu conjunto, "foi o grande grupo terapêutico, onde se reconstruíram bocadinhos de homens; homens esmagados, fragmentados juntaram aqui os seus bocadinhos e voltaram-se para a vida novamente".

Realçou ainda o facto de ser a ADFA uma das raras organizações da sociedade civil que se mantêm ainda "com muita vida e actividade".

A rematar disse que existe também o Stress de Deficiência, mas este foi em grande parte aliviado ou resolvido, através desta terapia de grupo, que é esta grande Associação.

Lopes Dias encerrou o colóquio afirmando que é fundamental que se criem "pontes" entre a área civil e militar. Que é importante arranjarmos uma estratégia comum e lutar em conjunto de modo a que haja em Portugal um grande consenso acerca disto, pois não podemos esperar que a solução para os que sofrem desta doença seja a morte.

Soldados mortos na Bósnia

Como foi largamente referido na Comunicação Social, morreram no dia 6 de Outubro, em acidente de viação na Bósnia, quando se deslocavam em coluna militar, dois militares do contingente português da IFOR: o soldado Ricardo Manuel Borges Souto, de São João de Ovar, e o soldado Francisco José Ressurreição Barradas, de Castelo de Vide.

A ADFA associou-se à dor dos seus familiares, enviando um telegrama de condolências, pondo-se à disposição para prestar o apoio que julguem necessário.

ADFA Saúde

Tem vindo a ADFA a desenvolver esforços no sentido de criar as melhores condições de assistência aos seus associados na área das unidades de saúde, de modo a minimizar as carências que as estruturas militares têm vindo a demonstrar.

Assim, podemos informar que está em fase de conclusão o alargamento dos protocolos existentes com as ADM's, para as seguintes valências: Medicina Física e Reabilitação, Estomatologia, Enfermagem, Transportes.

Estas especialidades entrarão em funcionamento, na Sede Nacional da Associação, até ao final do ano em curso.

Na área dos Transportes, a ADFA tem em preparação um protocolo com a empresa Ambulâncias Tagus, Lda, podendo, desde já, a título experimental, os associados interessados requisitar os serviços desta empresa, através dos seguintes contactos: Tel - (01) 478 43 33 Fax - (01) 478 43 34

II Encontro Inter-Associações na Amadora

No âmbito do programa "Solidariedade e Integração da Pessoa Deficiente" a Câmara Municipal da Amadora vai realizar, em conjunto com as Associações de Deficientes do Concelho, o II Encontro Inter-Associações, com o objectivo da promoção e dinamização do trabalho inter-associativo e da sensibilidade da comunidade para a problemática da deficiência.

Esta iniciativa divide-se em duas fases: a primeira teve lugar no dia 28 de Setembro, e integrou actividades desportivas, culturais e recreativas e teve como designação "há Festa no Parque-Olimpíadas dos Deficientes"; a segunda a realizar na primeira semana de Dezembro, por altura do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência consta de um debate com animação cultural.

As Olimpíadas, cujo programa se envia em anexo, têm como objectivos específicos:

Acumulações de Pensões.

Camarada Pinto, depois de ler a sua carta em que a revolta se instalou no meu amigo, como em todos os camaradas nessas e noutras situações, cheguei à conclusão de que a Caixa Geral de Aposentações é uma fortaleza mandatária de um estado democrático onde os direitos humanos são apregoados aos quatro ventos sem que se vá analisar o fundo do iceberg ou a ponta do mesmo, como lhe queiram chamar.

Ninguém pode ser prejudicado derivado ao cumprimento do dever militar.

A maioria dos militares foram para a tropa e tiveram que deixar os seus empregos onde recebiam quatro e cinco vezes mais do que o ordenado pago pelos militares.

No meu entender este tempo devia ser pago pelo próprio estado, a Caixa Geral de Aposentações, ou sejam os descontos e o tempo sempre contado para que caixa fosse necessário.

Agora no fim da carreira, o meu caso, que trabalho há trinta e três anos nos CTT, vejo-me a braços com uma criança, ou sejam, os três anos e meio que me "roubaram" no entender da palavra e que mesmo que abdique da mísera reforma de 30.000\$00, nunca mo contarão para nada.

Portanto, quanto a mim, o cidadão foi obrigado a interromper uma segurança pelo próprio estado, não em termos demagógicos, mas sim em termos práticos. O tempo avança. Em todos os números do "ELO", há camaradas falecidos que viveram a mesma revolta nossa.

Amanhã serei eu e os nossos problemas e promessas ficaram fechados em gavetas governamentais e cujas promessas, "tudo o vento levou".

Um abraço.

Abel José Paulino Monteiro.

Actividades do Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA) em 1995

Na área de Acção Social, a publicação do novo estatuto do IASFA, veio conferir à sua actividade uma dimensão mais actual e consentânea com as necessidades da família militar. O mesmo diploma veio clarificar e priorizar as prestações sociais e proporcionar aos beneficiários, como seja:

- Apoio a idosos e a deficientes;
- Apoio a jovens estudantes e a crianças (filhos de DFA)
- Assistência Escolar
- Colónias de Férias
- Apoio à habitação (casas do IASFA);
- Apoio sócio-económico em situações graves e urgentes (Empréstimos);
- Actividades ocupacionais e de animação sócio-cultural (Centro de Oeiras para residentes);
- Apoio sanitário ao nível dos cuidados básicos de saúde como, os equipamentos sociais, apoio domiciliário e participações financeiras.

É de referir que todos os DFA que sejam sócios do IASFA, usufruem dos vários serviços em epígrafe. No entanto, os Técnicos do IASFA realizam uma análise de cada situação, efectuando o respectivo encaminhamento, informando o beneficiário dos procedimentos a seguir.

Relativamente à Assistência na Velhice, Invalidez e Orfandade houve algumas alterações, nomeadamente no aumento dos subsídios.

O Centro de Apoio Social de Oeiras, ao nível do Centro Médico, tem crescido ininterruptamente, desde a sua criação: assim, procedeu-se à abertura da valência médica de Pediatria e de Medicina Interna.

Ao nível da Assistência Médica, no âmbito de participações concedidas, o IASFA apoiou os beneficiários que recorreram aos seus postos clínicos e ainda os cerca de 460 funcionários civis, os quais constituem encargo do Instituto em termos de assistência médica e medicamentosa.

No respeitante à Assistência Escolar, no ano de 1995 foram alterados os valores mensais da CEE praticados no ano lectivo anterior, passando a ficar compreendidos entre o mínimo de 1.000\$00 e o máximo de 10.900\$00.

Todavia, desde Janeiro/95 que se promove o apoio ao Ensino Pré-escolar, com valores de participações que se situaram entre os 3.000\$00 e os 5.000\$00 mensais.

No que diz respeito às Colónias de Férias e Centros de Repouso, 91 crianças frequentaram Colónias de Férias no Forte das Maias, e 64 pessoas frequentaram o Centro de Oeiras.

O Centro de Repouso de Porto Santo, foi frequentado

por 598 beneficiários, inclusive alguns DFA.

Relativamente ao Cofre de Previdência das Forças Armadas, foram efectuados 21 empréstimos hipotecários no valor total de 116.774 contos.

No respeitante à Programação das Actividades de 1996, no âmbito do investimento estão incluídos, para o Centro de Apoio Social das Forças Armadas do Porto, concursos para elaboração do projecto e construção da 1ª fase, que corresponde à remodelação total do Edifício Central.

Por outro lado, ao nível dos Centros de Apoio Social, prevê-se a cedência ao IASFA das instalações da Messe de Tomar, para lançamento do concurso para elaboração do projecto, para sua transformação em Centro de Apoio Social.

- No Alfeite, prevê-se a construção de novas instalações sanitárias;

- Em Runa, conclusão das obras de remodelação de quartos, criação de enfermaria de mulheres, instalações de fisioterapia, construção de apartamentos independentes para idosos residentes;

- Na CAS/Oeiras, remodelação da rede de águas e do sistema de combate a incêndios, assim como construção de uma estação elevatória de esgotos no Forte das Maias.

- No Centro de Repouso do Porto Santo, continuação das obras de reparação da cobertura e do depósito da água, beneficiação do sistema de aquecimento de água e pintura do exterior do edifício.

Em termos estatísticos, é de referenciar o número de beneficiários e familiares distribuídos pelos ramos das Forças Armadas:

- Neste sentido, ao nível da Marinha e na categoria de deficientes recorreram à Acção Social 92 beneficiários.

- Ao nível do Exército e na categoria dos deficientes, recorreram 1.430 beneficiários.

- Relativamente, à Força Aérea, e na categoria dos deficientes recorreram 190 beneficiários.

É de salientar, que qualquer informação que o beneficiário necessite, deverá contactar os seguintes telefones: 3156986 3562591

O DEPARTAMENTO DE REABILITAÇÃO
SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL

Programa per-famílias/aquisição de habitação

Se pretende adquirir Habitação Própria Permanente, poderá obter apoios através de participação do IGAPHE, a fundo perdido igual a 40 % do valor constante da Portaria nº 187/96.

Poderá também obter Empréstimo através da Caixa Geral de Depósitos, igual a 40 %.

Os restantes 20 % poderão ser através de participação do Município, de Poupança Própria ou de Empreiteiro do Terreno.

Por outro, lado, se pretender efectuar Obras de Reabilitação em habitação própria permanente, os valores máximos dos apoios a atribuir, serão através do IGAPHE, a fundo perdido, igual a 20 %.

Ou então, através da Caixa Geral de Depósitos, igual a 20 %. Estes valores serão calculados de acordo com a zona de localização da barraca e a tipologia da Habitação a reabilitar.

No que diz respeito à Formalização de Candidatura, as famílias devem apresentar na Câmara Municipal da área da barraca, ou no IGAPHE a sua candidatura à aquisição ou reabilitação de casa própria, destinada à sua habitação permanente.

Tratando-se da aquisição, o IGAPHE, por proposta do município da localização da barraca, procederá à celebração de um contrato com o interessado, para atribuição da participação.

Em caso de Reabilitação, a participação e o financiamento,

serão concedidos com base num orçamento apresentado pela Imprensa da Construção Civil, visado pelo Município de localização do fogo a reabilitar ou aprovado pelo IGAPHE.

Para mais informações, deverá contactar a Câmara Municipal da zona de residência ou o IGAPHE, através do Gabinete de Habitação/Informação.

Para mais informações contactar o serviço de acção social da ADFA

CENTRO MÉDICO «AMATUS LUSITANUS»	
 URGÊNCIAS DENTÁRIAS & SERVIÇO MÉDICO PERMANENTE	
Linda-a-Velha	01-4192083 Lagos 082-764189
Algés	01-411466 Castelo Branco 072-321129
Pinhal Novo	01-2381694 Ambul. Tagus 01-4784333
Convenções com: ADME, ADSE, CGD, CTT, CABLESA, EDP, MJ, SAMS e outros. (ex. Marconi e Portugal Telecom)	
Atendimento privilegiado aos sócios da ADFA e reformados Aberto aos Sábados, Domingos e Feriados	

Pensões de Invalidez

A Assembleia Legislativa Regional da Madeira, face à situação degradante da vida dos idosos, reformados e pensionistas de invalidez, que a falta de recursos agrava, aprovou em Sessão Plenária, de 24 de Julho findo, uma proposta de lei à Assembleia da República, tendente a reparar a discriminação económica dos cidadãos portugueses mais desprotegidos e carenciados.

Dado que, no âmbito de tal documento, se inscreverão as preocupações dos deficientes militares com pensões de invalidez de valor abaixo do limite do decoro, transcrevemo-lo na íntegra.

Resolução da Assembleia Legislativa Regional nº 23/96/M

Proposta de lei à Assembleia da República
Valor mínimo das pensões regulamentares de invalidez e de velhice do regime geral da segurança social

O artigo 72.º da Constituição da República Portuguesa dispõe, no que se refere à terceira idade, o seguinte:

«1- As pessoas idosas têm o direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que evitem e superem o isolamento ou a marginalização social.

2- A Política de terceira idade engloba medidas de carácter económico, social e cultural tendentes a proporcionar às pessoas idosas oportunidades de realização pessoal, através de uma participação activa na vida da comunidade.

Estabelece ainda o nº 4 do artigo 63.º da Constituição, no que se refere à segurança social, o seguinte:

4- O sistema de segurança social protegerá os cidadãos na doença, velhice, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.»

Acresce ainda referir que, constitucionalmente, o conceito básico de segurança económica dos cidadãos, de que trata a presente iniciativa, tem também consagração no texto da Constituição da República Portuguesa. A alínea a) do n.º 2 do seu artigo 59.º, ao definir o estabelecimento do salário mínimo nacional, considera-o como o mínimo para a sobrevivência digna de qualquer cidadão.

Daqui decorre que a existência de cidadãos em situações de reformados e pensionistas ou de invalidez que recebam menos que o mínimo de sobrevivência - o salário mínimo nacional - ofende os próprios conceitos constitucionais, a Carta Universal dos Direitos do Homem, de que Portugal é subscritor, e contraria a prática vigente na maioria dos países da União Europeia quanto a esta matéria.

No entanto, a consagração deste objectivo da mais elementar justiça para com a terceira idade e para com os inválidos tem enfrentado uma argumentação contrária assente fundamentalmente em razões de ordem financeira, pois ninguém com um mínimo de sentido de justiça social nega a validade desta meta.

A crise financeira do sistema de segurança social é o obstáculo principal à adopção das medidas que ora se propõem.

No entanto, tendo sido assumido como objectivo a atingir durante a presente legislatura da Assembleia da República a reestruturação do sistema de segurança social e os seus mecanismos de financiamento, torna-se necessário legislar no sentido de se avançar rapidamente na aproximação dos valores das pensões regulamentares de invalidez e de velhice para que dentro de cinco anos tal meta seja atingida.

Nestes termos, a Assembleia Legislativa Regional da Madeira, ao abrigo do disposto na alínea f) do nº1 do artigo 29.º da Constituição e da alínea b) do nº1 do artigo 29.º da Lei nº13/91, de 5 de Junho, apresenta à Assembleia da República a seguinte proposta de lei:

Artigo 1.º

1-Os valores mínimos das pensões de reforma e de invalidez serão aproximados, durante cinco anos e de forma gradual, ao valor do salário mínimo nacional para os trabalhadores do comércio, indústria e serviços.

2- Anualmente, o Governo da República, para além do aumento destas pensões em valores superiores aos da taxa de inflação prevista, acrescerá um aumento suplementar, designado como suplemento de aproximação, visando o objectivo definido no número anterior.

Artigo 2.º

Encargos

Os encargos resultantes da aplicação deste diploma serão satisfeitos por conta das dotações a inscrever no Orçamento do Estado.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

Este diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1997.

Aprovada em secção plenária da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, em 24 de Julho de 1996.

ADFA de Novo na Rádio

No dia 14 de Outubro, às 10H00, Carlos Pinto Coelho levou novamente ao seu programa da Antena 1, "Antes Que Seja Tarde", os temas da deficiência e da reabilitação, desta vez sob o tema "A Deficiência e a sua Aceitação na Sociedade Portuguesa".

Estiveram representadas a ACAPO, a FENACERCI, a APD, a APPACDM, o Núcleo de Orientação Educacional e Educação Especial do Ministério da Educação (NOEEEME) e a ADFA, na pessoa de Patuleia Mendes.

Depois de Patuleia Mendes ter sido repreendido por ter chegado atrasado, foi pedido aos participantes que manifestassem a sua principal preocupação do momento, ao que o NOEEEME respondeu que eram a falta de espaço e a falta de técnicos para dar resposta à quantidade enorme de pessoas com deficiências profundas que chegam aos serviços de apoio. Não que não existam técnicos em número suficiente, mas os que há têm uma formação médica ou paramédica, quando muitos fazem falta nas áreas da comunicação alternativa e aumentativa, ajudas técnicas e novas tecnologias.

Foi dedicado algum tempo ao estabelecimento prisional de Lisboa, e em seguida o jornalista, perguntando porque é que a ADFA estava tão silenciosa, sugeriu que talvez fosse porque a Associação não tinha quaisquer problemas, ao que Patuleia Mendes respondeu que, como Deficiente das Forças Armadas que é, Pinto Coelho deveria saber que sim e que são muitos. O nosso representante apontou como principal preocupação actual da Associação os homens que se deficientaram na Guerra Colonial e que, por ainda não ter sido encontrado nenhum nexo de causalidade entre o acidente e o serviço, não têm qualquer pensão... e para mais não teve tempo, pois foi-lhe pedido que não fizesse "discursos" e que fosse direito ao assunto.

Em destaque esteve o Dia Mundial da Bengala Branca ("por sinal um nome bem feio", segundo o responsável pelo programa), ocasião que a ACAPO aproveitou para se queixar da falta de subsídios e das convocações para integrarem grupos de trabalho que não apresentam quaisquer resultados.

Vieira Dias Responde

Presente esteve também (embora atrasado... e repreendido) o Secretário Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. À questão de "para quando o conhecimento da política nacional de reabilitação", Vitorino Vieira Dias esclareceu que esta, para além de estar enunciada no programa do Governo, está a ser implementada de forma calendarizada, e que o reforço do diálogo com o movimento associativo é patente. A elaboração do projecto de lei orgânica do Conselho Nacional de Reabilitação já foi consensualizada e está a ser objecto de uma última análise junto do Ministério da Solidariedade e Segurança Social.

A ADFA teve também oportunidade para manifestar uma inquietação a Vieira Dias. Para quando o emprego para os deficientes? As associações dão-lhes formação, mas eles andam dez anos de curso em curso a receber o ordenado mínimo. Sabe-se que há 21 mil contos para... "Patuleia, já chega! As pessoas já perceberam!". Foi com a agressividade a que Pinto Coelho já nos habituou que, mais uma vez, Patuleia Mendes foi mandado calar.

Já em fim de programa, respondeu Vieira Dias que estamos numa época de desemprego estrutural, em que encontrar emprego é difícil para todos. Para que esta política tenha os efeitos desejados é necessário que haja uma articulação entre os agentes sociais (centros regionais de segurança social, administrações regionais de saúde, Instituto da Juventude, o desporto, a educação, etc.) locais, autárquicos e regionais, e finalmente ao nível central. Fundamentais são as equipas técnicas, que foram sempre os parentes pobres da segurança social dos distritos.

O programa não se enquadrou propriamente no tema inicialmente proposto mas levou, mais uma vez, aos ouvidos das pessoas a palavra "deficiente".

Marta Gouveia

Quotas em dia direitos assegurados

A história de um deficiente anónimo

Esta é a história verdadeira de um deficiente.

Ttogo-a a lume porque na prática é quase comum à de todos os outros. Com as suas grandes dificuldades e com os seus efémeros momentos de alegria.

Não se pretende com este artigo, escrever uma peça original, nem tão pouco fazer-mos, quem sabe, ressuscitar sentimentos de culpa ou envergonhados. Importa, antes pelo contrário, fazer sentir-nos integros e sem receios, e lembrarmo-nos sempre de duas palavras que devem estar sempre presentes: Reabilitação e Reintegração Social.

Eram 8 horas quando nessa manhã de 1969, um ventre esmagado pela dor, deu à luz um menino gorducho e rosado com os olhitos muito abertos, como se quisesse abarcar tudo à sua roda. O brilho estranho e curioso do seu olhar estava de acordo com a beleza do desconhecido e com as novas descobertas que ia efectuando dia após dia.

Foram dois anos de felicidade, de bem-estar e de alegrias constantes e mútuas.

O menino crescia, o seu mundo já não era só o seu quarto nem o complexo onde vivia, mas também os seus familiares e amigos.

De repente, o céu azul transformou-se num mar de lágrimas, de amargura e tristeza, de incompreensão pela injustiça ditada pelas leis do Universo. O menino sofrera Poliomielite, advinda de um reforço de vacina quando se encontrava adoentado.

A partir deste momento, criado pela inépcia de pessoas irresponsáveis, a sua vida foi um inferno durante mais de cinco anos. A paralisia dos membros inferiores e a sua tenra idade, transformou a sua recuperação em algo muito difícil.

Mas conseguiu ultrapassar esta fase e os caminhos da Reabilitação começaram arduamente a ser desbravados. Saliente-se, que com esforço e dedicação conseguia dividir-se entre os estudos e a diversão, com uma entrega plena.

O ambiente familiar melhorava consideravelmente através da sua cordealidade, da sua afectuosidade, da sua disposição e jovialidade.

Aos quatorze anos entendeu que uma das formas mais completas para atingir o grau máximo das suas potencialidades, era sem dúvida, a prática de Desporto em comum com os outros jovens, atingindo assim mais um patamar no campo da Integração.

Bom aluno, terminou o 12º ano e dedicou-se ao estudo de computadores, cujo curso possui.

Chegou ao fim de 26 anos de vida madrasta, estigmatizado pela sua deficiência, mas com uma enorme e louvável vontade de lutar e vencer.

Casou e tem uma filha de dois anos, trabalhando precariamente numa Instituição de valor integracional confirmado.

Esta foi a história de um deficiente anónimo que entendeu com necessidade fundamental, a Reabilitação e a Integração.

Televisão quebra o Tabú da deficiência

A propósito do programa "Maria Elisa" emitido em 15 de Outubro na RTP1, a Direcção Nacional enviou a seguinte carta àquela jornalista:

Vimos por este meio felicitá-la pelo programa "Maria Elisa" do passado dia 15 de Outubro. A forma desassombrosa como foi tratado um tema que tem sido tabú constituiu um importante contributo para a necessária mediatização da deficiência.

Nas casas dos espectadores entraram grandes deficientes, que afinal são pessoas que, como todas as outras, amam, sofrem, lutam, caem "na fossa" e levantam-se, preocupam-se com a autoestima e com a imagem que os outros lhes devolvem.

A pessoa, contrariamente ao senso comum, surgiu maior do que a deficiência.

A imagem herdada e errada dos deficientes terá, deste modo, sofrido alguma correcção.

Fazemos votos para que esta louvável iniciativa tenha seguimento no quadro do serviço público que a televisão do Estado deve prestar.

A ADFA disponibiliza-se para participar na discussão e aprofundamento desta temática. Permitimo-nos sugerir a realização de um programa sobre o papel desempenhado pelas organizações representativas dos deficientes na integração social destes.

Poeticamente

O escritor Gabriel Raimundo, acaba de lançar mais uma obra.

Poeticamente foi ouvi-lo:

"Nasci em Tortosendo, em Abril de 1945.

A poesia brotou-se-me do granito e da neve, das fábricas de trapos, das courelas beirãs, da guerra colonial e do exílio, olhos postos num mundo novo com nascentes e raízes em Portugal".

Cegos à Força

**Mal abrimos os olhos
p'ra ver o justo e o injusto
medir o belo e o horrível
mal sabemos contar à
nossa volta
as impressões sentidas
dois mundos se nos abrem
à frente dos olhos
doloridos
duas faces opostas
duas classes
d'entendimento
impossível
duas cabeças distintas
sem véu:
a das mãos abertas e a dos
donos do céu**

**Uma envia fogotões
prepara homens para
dominar a Lua
encomenda orações
esfola e matraca no meio
da rua**

**outra leva empurrões
come pão suado bebe e os
pulmões
vê os filhos enviados em
cortejo para o cemitério**

**até quando?
"Cegos" até quando?**

**os abusadores armados
prometem a eternidade
monetarista
confiantes da soneca dois
espoliados
apoiados na mentalidade
derrotista**

**até quando?
"Cegos" até quando?**

Gabriel Raimundo oferece-nos um poema cheio de imagens de "DOIS MUNDOS", relacionadas com o quotidiano.

Ontem como hoje, elas são infelizmente uma realidade que nos persegue...

E por todo um mundo negativo que as envolve, apetece-nos, tal como o poeta perguntar:

"Cegos" até quando?

Sá Flores

A Rainha Santa Isabel

Como manda a tradição, realizaram-se as festas da cidade e da Rainha Santa Isabel, que têm lugar em Coimbra todos os anos pares. Padroeira desta cidade, não é só nesta terra do Mondego que a Santa Rainha é venerada. Trata-se de uma figura histórica muito popular e acarinhada pelo povo, a ela recorrendo muitos fiéis através das suas preces e orações.

Nascida, presume-se em Saragoça, no reino de Aragão (Espanha) a 11 de Fevereiro de 1270, filha de D. Pedro de Aragão e de D. Constança, neta de D. Jaime I "O Conquistador", veio a casar-se com D. Dinis por procuração, em Barcelona a 11 de Fevereiro de 1282, no dia em que completava 12 anos de idade e atingia a idade nupcial, tornando-se desde então, Rainha de Portugal e do Algarve.

O encontro com o Rei de Portugal, deu-se na vila de Trancoso, onde se celebraram as festas das bênçãos nupciais, a 24 de Junho de 1282. Daí, o casal real veio para Coimbra onde nessa altura residia parte da nobreza do Reino, com a consequência da permanência da Corte nesta cidade nos reinados anteriores.

É em Coimbra que a Rainha Isabel virá a passar a maior parte da sua vida, e a partir daqui desenvolverá a sua vasta obra de medicina e assistência social em prol dos pobres, dos leprosos, dos velhos, das crianças órfãs e desprotegidas, das prostitutas, etc, a ela se devendo a fundação dos primeiros estabelecimentos de assistência particular em Portugal.

Com esse propósito, fazia construir em Portugal ou dotava hospícios, hospitais como o "Hospital dos Meninos Inocentes" em Santarém, "Hospital dos Velhos Entrevados de Santa Clara" e o

"Hospital de Velhos" em Leiria. Asilos, albergarias e a primeira casa do país para regeneração de prostitutas, a Casa de Regeneração de Torres Novas.

Ela própria visitava e tratava os doentes, mostrando estar bem a par do movimento científico e cultural da época. Mandou igualmente construir igrejas e mosteiros, sendo o de Santa Clara aquele a que mais se dedicou e no qual mandou colocar o mausoléu, que deveria ser a última morada do seu corpo. Após a morte de D. Dinis em 1324, fixou definitivamente a sua residência em Coimbra, usando desde então o hábito da Segunda Ordem Franciscana, com o qual viria a ser sepultada.

É também conhecida a sua actividade diplomática na tentativa de pôr cobro aos desentendimentos que surgiram entre os monarcas de Portugal e de Espanha ou no interior de Portugal. Em Julho de 1336, a Rainha Isabel deslocou-se a Estremoz, após ter tido notícias de que se declarara guerra entre D. Afonso IV de Portugal, seu filho e D. Afonso de Castela, seu neto. Ai viria a falecer vítima de doença na noite de 4 de Julho, com 66 anos de idade.

São ainda hoje polémicas as causas da sua morte e da mumificação do seu corpo que permanece incorrupto. A Rainha Isabel passou a ser venerada como Santa, logo após a sua morte, antes da autorização papal. Foi o papa Leão X, a pedido de D. Manuel I, que autorizou a que se celebrasse a festa em sua honra em toda a diocese de Coimbra.

Esta festa, a pedido do rei, D. João III, estender-se-ia posteriormente a todo o reino.

São várias as lendas à

volta da Rainha Santa Isabel. Logo a seguir à sua morte, em função das suas virtudes em vida, se desenhou um culto popular à volta da sua memória e da sua figura.

Pouco depois dela morrer, aparecia o livro "Uma vida em Milagres da Rainha Santa Isabel", provavelmente da autoria do seu confessor, Frei Salvado Martins, livro que fala da sua vida, da boa vida que fez, a Rainha de Portugal D. Isabel e dos seus bons feitos e milagres em sua vida e depois da morte. Esse livro já regista factos entendidos como milagrosos.

Por exemplo, o facto da Rainha Santa ter falecido em Estremoz, e o seu corpo ter sido trazido para Coimbra para ser depositado no seu túmulo que ela havia mandado construir em vida, e que está hoje no coro baixo da Igreja de Santa Clara-a-Nova, e apesar de se estar num período de grande calor, o corpo quando chegou a Coimbra, não só não tinha qualquer cheiro desagradável, como até exalava um perfume... Depois foram começando a registar-se os supostos milagres da Rainha Santa, e mais tarde à atribuição do famoso milagre das Rosas - que já andava atribuído a Santa Isabel da Hungria, sua tia.

Nestas coisas, verifica-se naturalmente uma mitificação das figuras e das obras que elas praticam e até esse culto foi-se por conseguinte avolumando. Assim, no século XVI, ela foi beatificada

e mais tarde canonizada. À medida que o culto se afirmava do ponto de vista canónico e era autorizado pela própria Igreja, desenvolvia-se com maior força a manifestação extrema desse culto.

A participação da Universidade na festa começa em 1556 quando D. João III manda uma carta ao reitor, ordenando-lhe que em cada ano a Universidade comparecesse no Colégio das Artes para participar oficialmente nas celebrações da festa litúrgica que ali se realizavam em louvor da Rainha Santa.

Com a canonização, acontecem celebrações públicas muito mais importantes. Há uma festa muito grande em Coimbra quando é conhecida a notícia. Nessas manifestações públicas, uma das mais vistosas era o Cortejo de Capelos, que ia da Universidade até à Igreja de Santa Clara-a-Velha. Em determinada altura, esse cortejo passou para 3 de Julho, véspera da festa litúrgica, e D. João V ordenou que na festa oficial, o pregador fosse sempre um lente de Teologia escolhido pelo critério de antiguidade.

Mais tarde, o Marquês de Pombal ordenava ao reitor que o cortejo se continuasse a realizar. Facto que veio sempre a concretizar-se até à actualidade, e desde há alguns anos com a incorporação dos Capelos na Procissão.

José Maia

DATAS IMPORTANTES

11 de Setembro - 1270 - Nasce em Saragoça, Reino de Aragão

11 de Fevereiro - 1282 - Casa por procuração com D. Dinis

14 de Junho - 1282 - Recebe bênçãos matrimoniais com seu esposo em Trancoso

4 de Julho - 1336 - Morre em Estremoz

11 de Julho - 1336 - Chega a Coimbra o seu corpo, que por sua e expressa vontade, aqui ficou encerrado no túmulo que ela mesma mandou construir

15 de Abril - 1516 - Beatizada pelo papa Leão X

25 de Maio - 1625 - Canonizada em Roma pelo Papa Urbano VIII

"25 de Abril" Um livro de afectos

A Associação 25 de Abril no passado dia 21, procedeu ao lançamento na Sede da Fundação Kalousté Gulbenkian de um livro intitulado "25 de Abril, 20 anos-1974-1994".

A sessão presidida pelo Chefe de Estado, iniciou-se com a apresentação da publicação efectuada pelo Presidente da Direcção daquela Associação, Vasco Lourenço, que a situou no tempo, como reflexo da forma como os portugueses viram o 25 de Abril vinte anos depois realçou intenso trabalho de recolha, efectuada por uma vasta equipa de onde destacou os coordenadores Victor Alves João Corte-Real.

O conteúdo do Livro foi comentado pelo jornalista Baptista Bastos, que o considerou um encontro de afectos, realçando-lhe os méritos e o contributo decisivo do 25 de

Abril para o revoltar de costumes e hábitos e o forte e determinante impulso que imprimiu à renovação da nossa cultura, terminando, com manifestação de regozijo e orgulho por ter tido a felicidade de ser contemporâneo dos Capitães de Abril.

O Doutor Jorge Sampaio encerraria a sessão a que acorreu largo numero de homens da cultura e militares de Abril, enaltecendo o avivar da nossa memória colectiva que o livro editado constitui, com a feliz coincidência da sua apresentação se verificar no mesmo dia em que Portugal era eleito para membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A DN fez-se representar no acto pelo 1º-Vice-Presidente, Lopes Dias, e pelos primeiro e terceiro Secretários, Patuleia Mendes e Luís Machado.

25 DE ABRIL
20 ANOS

1974-1994



ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

Gente Fina é outra coisa...

Durante anos, fomos todos camaradas. Entenda-se a palavra enquanto significativa de amizade, companheirismo e vontade de travar a mesma luta. Para oficiais sargentos e praças, o tratamento era o mesmo. A hierarquia militar e civil tinha sido banida mas o respeito que todos tínhamos uns pelos outros não. O confronto dava-se ao nível das ideias e aí foi muitas vezes extremamente duro. Foi talvez por isso que nos tornámos numa Associação forte e coesa e que (com altos e baixos) ainda hoje consegue bater-se com os poderes instituídos para defender os nossos interesses.

Naqueles tempos, as sucessivas "dircções" eram compostas por sócios com quem todos os sócios podiam falar sem ser preciso marcar audiência. Para entrar no gabinete da Direcção era só preciso bater à porta e entrar. Não havia secretários ou secretárias a barrar-nos o passo: era a democracia directa a funcionar.

Passaram-se anos e alguns de nós conseguiram singrar apesar de todas as deficiências que carregam. Os mais persistentes seguiram a carreira militar e chegaram aos postos superiores da hierarquia enquanto outros se licenciaram. Não quer dizer que fossem mais inteligentes que os que não conseguiram. As bases é que eram diferentes.

Tudo isto para dizer que estou absolutamente enjoado com o tratamento que agora é usual nas Assembleias Gerais ou nas simples reuniões de sócios e colóquios: a "mesa" que antes era composta por directores ou simples sócios, é agora ocupada

por um tal Dr. A., um Dr. B, um Tenente Coronel Y, um Major X. a que se junta, muito de vez em quando, um desses tais sócios que ainda não tem um "nome" no início do próprio e que, por isso, como dizia o Solnado, só se chama Zé.

E não é só na mesa que os títulos sonantes são tão escrupulosamente respeitadas, também na "plateia" se encontram os seus cultores, ele é o Coronel Da Silva, ele é o Major da Rosa, ele é o Dr. Da Pereira, enfim, um nunca mais acabar de "doutores" civis e militares que "assustam" os mais afoitos, mas, em contrapartida, impressionam muito bem as visitas.

Ultimamente, também no bar, enquanto se vai dando de beber à dor que é isto tudo, não raro se ouve bradar pelo Dr. Fulano, ou Coronel Beltrano, que se apressam a atender, condescendentes, que isto de ter um título pode não dar saúde, mas faz crescer, quanto mais não seja, aos olhos dos parolos.

Mas, como não há bela sem senão, existem outros "doutores" e coronéis que continuam a ser apenas o Joaquim, o Manel, o Zé e não há nada que lhes valha, é que - parafraseando Orwel - os DFA são todos iguais, mas uns são mais iguais que os outros.

Para finalizar, quero afirmar, que ao escrever isto, não é minha intenção ferir susceptibilidades, pessoalmente não me afectam nada as pequenas ou grandes vaidades ou sequer os narcisismos de cada um; penso contudo, que os Dr e os T. Cs podiam ser mais discretos e depois - a não ser que se queira criar uma elite - um pouco de modéstia não faz mal a ninguém, só dignifica.

Carmo Vicente

Moçambique 1973

-Esta é a história verdadeira de um caso de guerra e creio ser a primeira vez que se conta este memorial.

Mueda, um rectângulo avermelhado. Quando no seio da picada aberta, aquela tonelada de ferro caiu em cima de mim, senti que o Mundo se tinha virado ao contrário. Ainda olhava as estrelas já completamente alteradas como um sonho.

A viatura militar continuava imobilizada no chão seco, onde se derrubara, juntamente com outros militares. De imediato foram avisados o Aérodramo de Manobras nº51, onde pertencia, e o P.A.D., aquartelamento onde vários feridos do Exército estavam integrados.

Por fim, conseguiram, com esforço, levantar o Hunimog, deixando-me libertado como uma lufada de ar fresco, que apressei a seguir e a arrastar-me para a berma da picada. Da noite muito escura, já não me apercebia de nada, unicamente um fogo vermelho quase eterno, e ao mesmo tempo dores lancinantes e profundas que berravam sangue no meio do mato.

Eram 23h 40 minutos quando o meu amigo, Comandante do P.A.D. apareceu, cedo demais para ele e já tarde demais para mim!

Nós, os feridos, passados alguns instantes fomos transportados para o Hospital Militar de Mueda, onde recebemos os primeiros socorros.

Francamente, de pouco mais me lembro. Morfina e a intervenção cirúrgica urgente canalizada no terço médio da tibia e tibia-tárcica, esmagamento e perda de ossos, músculos e pele. Mais tarde foi-me detectado um tumor no

cerebelo, do qual só tomei conhecimento em 1983.

Ao acordar da anestesia às 6h e 30 minutos, transportaram-me num D.C.-6 em maca para o Hospital Militar de Nampula e posteriormente para o Hospital Militar de Lourenço Marques, onde recebi os tratamentos aconselhados.

A propósito, para não deixar esta história verdadeira esquecida na mera escrita, quero salientar que os médicos, antes de amputar a perna direita, fizeram de tudo ao seu alcance para a salvar, o que aliás conseguiram, e ao mesmo tempo transmitiram-me a tranquilidade de que eu necessitava.

Continuou-se a descoberta do desconhecido, um terminar em pouco tempo, pensei eu, lágrimas de sangue, no pão dos pobres e no nosso bem e mal constantes.

Isto tudo era Mueda-Terra de Guerra -Aqui trabalhava-se, lutava-se e morria-se. Interessante este alento de estado permanente.

Lisboa, cidade de amor de todos nós. Seria um local onde fosse ou de onde voltasse.

Lisboa, era a tristeza e a alegria adormecida e barulhenta em qualquer lugar.

E, foi assim, numa noite bonita, de céu estrelado de Abril, talvez já a pensar na época do sol total, e do verde resplandecente, que tomei o último avião para Moçambique.

Horas e horas de vôo a sonhar com uma terra e gentes que não conhecia, com um meio de vida e com algo de estranho e difícil de entender.

Parámos para reabastecer em Luanda cerca de 2 horas.

Cidade à beira mar enevoadada, triste àquela hora da manhã.

Finalmente um céu cinzento, uma pequena chuva, e a ajudar tudo isto, num aeroporto quase moribundo de pessoal. Enviaram-nos de imediato para a Base Aérea nº10, onde chegámos com um ar de incógnitos.

Dias depois, timidamente, fomos conhecer pessoalmente a cidade da Beira. Quadrangular, linda de ver, com uma praia junto à auto-estrada exterior. As pessoas eram tão afáveis que disputavam a vontade das suas coisas íntimas para resolver os nossos problemas, tratando-nos com família. Talvez nunca tivesse visto uma cidade repleta de palmeiras. Era uma comunhão de festividade, de alegria e do bem estar calmo e distante que todos vivíamos.

No entanto, o estranho e o medo da realidade e da novidade estava marcado em nós, no nosso corpo ávido, na época, de sensaborias que contrariassem o temor do desconhecido e a vivência dum povo, que para nós homens do Continente eram algo de irreal.

O estranho e o medo da novidade estavam quase colados à minha própria essência.

Beira e as recordações. Cidade bela e de imensos encantos, criada naquilo que somos. Foram quadros da vida de uma cidade plana e plena de amizade, onde as pessoas são tão afáveis como as do nosso campo ibérico. Simpatia era a praia Carmona. Na cidade sentia-se o seu pulsar, parecendo calma e a espreguiçar-se com vontade de abrir os bra-

ços aos homens que trabalhavam.

Mas este tempo de paz e de descobertas contínuas tinham o prazo marcado.. No meu conhecimento, a cidade da Beira chegava ao seu fim, e onde a minha consciência paralisou.

Um transporte para Nacala, que me levou a uma pequena cidade urbe de pessoas de trabalho e afastada quilómetros dos teatros de operações de aparência calma onde toda a gente se conhecia. Na época, o futuro ainda adormecido era uma utopia, com os seus rasgos heróicos, com uma leveza de ser, e com o enfrentar informação e notícias negativas e desgarradas com uma facilidade próxima da leviandade dos meus 19 anos.

Ainda, hoje, me lembro dos bons tempos que passei em Nacala. Nacala velha quase um lugar paradisíaco com um mar sossegado notando as estruturas metálicas de uma cidade que estava nas suas redondezas e com um navio atracado no seu cais onde descansar do passado.

Parecia, então uma cidade de Portugal, sossegada e discreta como o Fénix do etéreo, eram os Mama que viviam naquela área. O respeito que tenho de assumir perante um povo calmo, sossegado e trabalhador.

Depois a passagem para o inferno. Mueda, terra de Guerra. Aqui trabalha-se, luta-se e morre-se.

Ceguei ao meu sentir. Lisboa do meu encanto, com as tradições que tivemos.

Se será uma mensagem é a minha! As lágrimas foram a saudade perdida. E o futuro qual é e onde existe?

Lisboa, ainda esta vida. Mário Villa-Lobos, Sócio nº 357.

A COLUNA DO ZANGÃO

Na redacção do nosso ELO, o frenesim era o habitual nesta altura.

Há que preparar os artigos. Será que os nossos leitores estão contentes com o jornal? Como vai ser a primeira página? ...

No meio desta azáfama, um barulho bem característico e sempre bem-vindo, fez-se ouvir. E, antes que alguém pudesse dizer qualquer palavra o nosso amigo zangão começou.

- Venho hoje extraordinariamente feliz.
- Olá - pensei eu - que lhe terá acontecido?
- Lembras-te do assunto da nossa última conversa?
- Claro, como poderia esquecer-lo. Era sobre Timor - respondi.

- Pois desta vez voltamos a falar de Timor. Confesso que a atribuição do prémio Nobel da Paz a dois Timorenses - Ximenes Belo e Ramos Horta, me encheram de orgulho e esperança.

Será que finalmente irá mudar a situação naquelas tão martirizadas paragens?

Disse o Bispo de Dili, que do Vaticano tem recebido apoio evangélico, mas no campo diplomático - nada. Mais uma vez fica demonstrada a actuação daquele bastião de realidades nada consentâneas com a vocação que diz ter.

Entretanto, o actual presidente dos Estados Unidos da América e candidato à reeleição recebe para a sua campanha um avultado contributo monetário duns indonésios.

O carrasco do Povo Timorense, desloca-se ao território invadido para inaugurar uma estátua de Jesus Cristo. Terá tido a benção papal?

No momento em que a Academia Norueguesa dos prémios Nobel, anunciava a sua decisão de distinguir Ramos Horta e Ximenes Belo, uma apreciável quantidade de homens de negócios noruegueses rumavam com destino à Indonésia para trocas comerciais.

Igual atitude por parte de empresários portugueses. Se o cidadão boicota produtos indonésios, e se os governos incentivam tal medida, como é que esses produtos cá chegam?

Chega para reflectir, não chega?
Adeus meus amigos.

Victor Sengo

"Campeonato do Mundo de Basquetebol - Sintra/Lisboa'96"

ANDDEM - Associação Nacional de Desporto para Deficiência Mental, organizou de 13 a 20 de Outubro nas cidades de Sintra e de Lisboa, o "Campeonato do Mundo de Basquetebol - Sintra/Lisboa'96" para atletas portadores de deficiência mental.

Este acontecimento desportivo estava integrado no calendário internacional de Desporto para Pessoas com Deficiência Mental, para além de estar também inserido no programa desportivo do Comité Europeu do Desporto para este tipo de população comunitária.

Estiveram presentes representantes das Selecções Nacionais da Austrália, Bélgica, Brasil, Espanha, Grécia, Hungria, Japão, Polónia, República Checa e Portugal, num total aproximado de 350 participantes.

Pensamos que o balanço final se traduz num êxito pleno, quer pelo interesse dos jogos em si, quer pelo papel importante que o mesmo desempenhou na reabilitação e integração plena do deficiente na sociedade, conforme se pode constatar pela análise feita por Mr. Bernard Atha, Presidente da INAS-FMH, em entrevista na RTP, no dia 19 de Outubro: "...Este Campeonato Mundial de Basquetebol é mais um exemplo do que a ANDDEM representa, um exemplo para todos seguirem em todo o Mundo. É importante que nós continuemos com eventos como este, para que os níveis requeridos de qualidade possam ser alcançados....Apenas os melhores serão qualificados para os Jogos Paralímpicos em Sidney no ano 2000...."

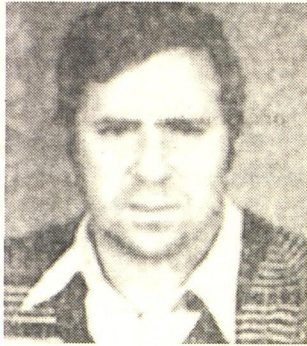
Sócios falecidos



Joaquim da Silva Dias, sócio nº 9447, de 51 anos de idade, faleceu no dia 21/07/96.

Residia em Folgosa/Maia.

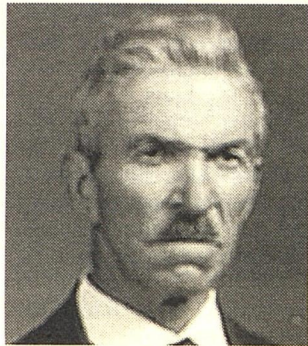
Deixa viúva a Srª D. Maria de Lurdes da Costa Filipe Dias e três filhos órfãos.



Cândido Monteiro do Rio, sócio nº 8298, de 47 anos de idade, faleceu no dia 10/08/96.

Residia na em Sapiãos, Boticas.

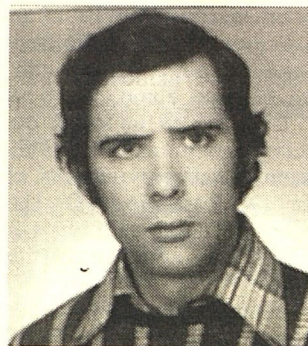
Deixa viúva a Srª D. Lígia Braga Monteiro e três filhos órfãos.



Manuel António, sócio nº 6672, de 87 anos, de idade faleceu no dia 17/08/96.

Residia em lugar de Cubos, Concelho de Mangualde.

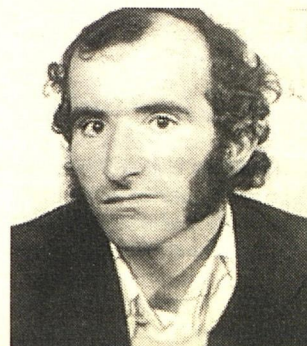
Deixa Viúva a Srª D. Adélia de Jesus Fernandes e três filhos órfãos.



Armindo Ferreira Talaia, sócio nº 6549, de 46 anos de idade, faleceu no dia 02/09/96.

Residia em Alfena/Valongo.

Deixa viúva a Srª D. Laurentina de Sousa Neto Talaia e um filho órfão.



Manuel António Gonçalves Martins, sócio nº 2711, de 51 anos de idade, faleceu no dia 15/07/96.

Residia em Vila Chã/Vila do Conde, Espinhoso-Vinhais.



José Pinto Teixeira, sócio nº 7046, de 43 anos de idade, faleceu no dia 21/06/1996.

Residia no Bairro Algoas, B1º 5, Entª 12, 2º direito, Godim, Peso da Régua.

Deixa viúva a Srª D. Teresa Maria de S. Almeida e um filho órfão.

Aos familiares e amigos destes associados apresentamos as nossas mais sentidas condolências.

Automóveis VW e AUDI

Modelo	P. Base	P.V.P.	Modelo	P. Base	P.V.P.	Modelo	P. Base	P.V.P.
Gama Polos			Golf VAR CLD 1.9	2.217.573.00	4.342.611.00	Passat TDI Automático	3.719.323.00	6.099.700.00
Polo Fox 1.0 4P	1.454.686.00	1.953.737.00	Golf VAR Movie TDI 1.9	2.885.217.00	5.123.796.00	Passat VAR CL TDI 1.9	3.215.059.00	5.509.711.00
Polo GL 1.0 4P	1.693.006.00	2.232.572.00	Golf VAR TDI 1.9 Special	3.581.165.00	5.938.055.00	Passat VAR GL TDI 1.9	3.765.286.00	6.153.476.00
Polo 3 Volumes 1.4	1.903.295.00	2.896.142.00	Gama Vento			Passat TDI VAR Automát.	3.964.931.00	6.387.061.00
Gama Golf			Vento CL 1.4	2.086.515.00	3.110.509.00	Gama Audi		
Golf CL 1.4 2P	1.916.506.00	2.911.599.00	Vento CLD 1.9	2.155.308.00	4.269.803.00	Audi A4 1.9 Confort	3.834.963.00	6.235.000.00
Golf CLD 1.9 4P	2.030.018.00	4.123.213.00	Vento GL TDI 1.9	3.089.797.00	5.363.155.00	Audi A4 1.9 TDI Plus	4.399.067.00	6.895.000.00
Golf GL TDI 1.9 4P	2.964.788.00	5.216.892.00	Gama Passat			Audi A4 1.9 EC TDI Plus	4.608.468.00	7.140.000.00
Golf TDI 4P Autom.	3.190.585.00	5.481.077.00	Passat CL TDI 1.9	2.964.718.00	5.216.812.00	Audi A4 1.9 TDI Sport	4.800.776.00	7.365.000.00
Golf VAR Movie 1.4	2.341.716.00	3.409.095.00	Passat GL TDI 1.9	3.518.820.00	5.865.111.00	Audi A4 1.9 Tdi Avant	5.031.545.00	7.635.000.00
						Audi A6 1.9 TDI	4.971.716.00	7.565.000.00

Venda de Automóveis

Renault

Opel

Fiat

Modelo	P. Base	P.V.P.	Modelo	P. Base	P.V.P.	Modelo	P. Base	P.V.P.
Twingo	1.239.439.00	1.927.000.00	Eco 1.2 5P	1.262.071.00	1.921.360.00	Cinquecento S	1.068.790.00	1.511.000.00
Twingo Pack	1.312.089.00	2.012.000.00	Eco 1.2 3P	1.205.661.00	1.855.360.00	Cinquecento Sport.	1.210.100.00	1.785.000.00
Clio RL 1.2 3P	1.290.156.00	1.922.000.00	Swing 1.2 5P	1.504.806.00	2.205.960.00	Panda 899 CLX	1.80.756.00	1.525.001.00
Clio RTI 1.4 3P	1.627.084.00	2.627.000.00	Eco 1.4 5P	1.352.486.00	2.303.360.00	Punto 55 S 3P	1.252.835.00	1.835.000.00
Clio RL 1.2 5P	1.354.258.00	1.997.000.00	Eco 1.5 TD 5P	1.674.847.00	2.527.360.00	Punto 55 S 5P	1.308.391.00	1.900.001.00
Clio RN 1.2 5P	1.495.284.00	2.162.000.00	Swing 1.4 5P	1.543.939.00	2.848.360.00	Punto 75 SX HSD 3P	1.741.901.00	2.503.000.00
Clio RN 1.4 5P	1.669.819.00	2.677.000.00	Astra			Punto 75 HSD 5P	1.797.457.00	2.568.001.00
Clio Bacará 1.4 5P	2.451.870.00	3.592.000.00	Rio 1.4 16V 4P	2.184.110.00	3.276.360.00	Punto ELX TDS 3P	1.738.078.00	3.265.000.00
Megane			Sport 1.4 16V	2.326.845.00	3.443.360.00	Bravo 1.45 3P	1.791.983.00	2.772.001.00
Megane RL 1.4	1.874.495.00	2.935.000.00	Rio 1.7 TD	2.525.552.00	4.179.361.00	Bravo 1.6 5X 3P	2.156.329.00	3.556.000.00
Megane RN 1.4	2.045.436.00	3.135.000.00	Sport 1.7 TD 5P	2.852.047.00	4.561.360.00	Brava 1.45 5P	1.855.231.00	2.846.001.00
Megane RT 1.4	2.227.487.00	3.348.000.00	Rio Car 1.4 16V	2.305.477.00	3.418.360.00	Brava 1.9 Ds S 5P	1.996.318.00	4.230.001.00
Megane RT dT	2.502.598.00	4.677.000.00	Rio Car 1.7 TD	2.646.919.00	4.321.360.00	Brava 1.9 TDS ELX 5P	2.501.578.00	4.760.000.00
Megane Classic			Sport Caravan 1.7 TD	2.973.415.00	4.703.360.00	Marea 1.4 SX	2.150.102.00	3.191.000.00
Megane RN 1.4	2.088.171.00	3.185.000.00	Vectra			Marea 1.6 ELX	2.613.594.00	4.091.000.00
Megane RN 1.6	2.179.941.00	3.645.000.00	Vectra 1.6 16V 4P	2.654.773.00	4.181.360.00	(Caixa Automática)		
Megane RT 1.9 dT	2.584.649.00	4.773.000.00	CD 1.7 DT 4P	3.092.218.00	4.842.360.00	Marea 1.9 TDS ELX	2.672.518.00	4.960.000.00
Megane Scenic			Tigra			Marea Weekend 1.6 ELX	2.741.799.00	4.241.000.00
Megane 1.4	2.250.564.00	3.375.000.00	Tigra 1.4 16V	2.096.076.00	3.173.361.00	(Caixa Automática)		
Megane 1.9 TD	2.853.025.00	5.087.000.00	Tigra 1.6V	2.510.329.00	3.661.361.00	Marea Weekend 1.9 TDS ELX	2.800.723.00	5.110.000.00
Viaturas Equipadas com Caixa Automática			Automáticos			Croma 1.9 TDI S	3.317.685.00	5.776.000.00
Clio RT 5P	1.975.630.00	3.003.800.00	Corsa Swing 1.4 5P	1.780.345.00	2.718.159.00			
Megane RT 1.6 Gasolina	2.725.497.00	4.246.496.00	Tigra 1.4	2.465.106.00	3.519.160.00			
			Astra 1.4	2.420.516.00	3.467.159.00			
			Astra Carv 1.4	2.541.883.00	3.609.159.00			
			Vectra 1.6	2.891.117.00	4.372.097.00			

A ADFACAR dispõe de informações na venda de viaturas (quer fornecidas com isenção ou não) acima mencionadas.

Estas informações/Vendas, são tratadas através do Sr. Alberto Pinto, nas horas de expediente, das 9H00 às 12H30 e das 14H00 às 18H00 pelos telefones: 7570502; 7570422; 7570583, e das 20H00 às 22H30 para o telefone: 8595016, todos eles através da rede de Lisboa (01).

“Os sócios interessados noutras viaturas não mencionadas, podem pedir informação à ADFACAR. Neste Momento existem viaturas novas de marca Ford, com caixa automática para entrega imediata”.

No Elo de Setembro último, deu realmente gosto ler a página 11 (Escrevem os Sócios).

Títulos: "Revolta" de Remígio Coelho; "Disparidade de Pensões" de João Pereira; "Acumulação de Pensões" de Alberto Pinto e "Deficientes em Serviço" de Manuel Alves.

Na página 8, diz da reunião da DN com os sócios, só os títulos: "O Governo ainda não deu resposta às reivindicações legislativas da ADFA"; "Já é altura de perder a paciência"; "Falta de indignação" e "Não nos levam só com conversa".

Em relação ao que vem escrito na rubrica "Escrevem os Sócios", ninguém tem dúvida da justeza dessas palavras e porque não até terem sido escritas com uma certa raiva; estou convosco meus amigos, porque, também eu, espero (há demasiado tempo) que me seja autorizada a acumulação da reforma do meu trabalho com a de invalidez - sou deficiente de 2ª, ou seja, em serviço com 60%, mas a minha maior "deficiência" é ser funcionário público.

No decorrer do mandato da última Direcção, foi-me dito, pelo seu Presidente, umas quantas vezes, que o meu assunto e outros semelhantes, estariam prestes a ser resolvidos; promessas meus amigos, só promessas.

Dos títulos que transcrevi acima, apenas me vou repetir em dois deles; "Já é altura de perder a paciência" e "Não nos levam só com conversa"; meus senhores, não me façam rir, sabem perfeitamente que é isso mesmo o que se tem passado com todas as Direcções, desde que existe a ADFA, sempre tiveram paciência a mais e conversa é o que todos vocês têm dado aos sócios, principalmente aos deficientes em serviço, senão vejamos:

Como todos sabemos (ou deveria ser obrigação da Direcção, que todos os deficientes soubessem), existe um livro intitulado, "As Barreiras Invisíveis da Integração", seus autores: António Lavouras Lopes, Armindo Matos Roque, Manuel Barbosa Carneiro e Maria Emília Cordeiro Bento.

Neste livro, dei-me ao trabalho de contar, da pág. 190, à pág. 206, os decretos-lei, Despachos Normativos e Portarias, que interessavam a deficientes e cheguei à seguinte conclusão: 30 leis para os DFA e 9 leis para os de serviço, ou seja, os DFA, foram abrangidos por 39 leis e os de serviço foram buscar um cantinho de 9. Para mim, no entanto, o que é mais grave, é que a única lei que saiu a beneficiar um pouco mais os deficientes em serviço, foi a 210/73 (pág., 189 n° 85), ainda não existia a ADFA, o que confirma que nenhuma das Direcções, desde o nascimento da ADFA, não fez nada de nada pelos deficientes em serviço e pelos vistos, que Deus nos dê uns anitos de vida para vermos até quando teremos que esperar para que um funcionário público (será crime ser funcionário público?) possa acumular a reforma do seu trabalho e a da sua deficiência.

Para terminar, apenas duas perguntas: a primeira baseada no último parágrafo da contracapa do livro "As Barreiras...", que diz:

... "É necessário e urgente, envolve-os nesta discussão, confrontá-los com as reais capacidades e os os actuais anseios dos deficientes; fazê-los deste modo ver a distância que vai da imagem interiorizada à realidade palpável".

A primeira pergunta é muito simples (difícil, será a resposta): quais (ou que) deficientes?

A segunda pergunta: o abandono (é abandono mesmo que quero dizer) aos deficientes em serviço, não será fruto de, em todas as Direcções que a ADFA teve (salvo uma única excepção creio eu), só ter tido no seu elenco deficientes em campanha?...

Ajuízem meus senhores e se quiserem publiquem esta carta no Jornal Elo, eu autorizo.

Edmundo Silva
Sócio n° 1800

Problemas que urge resolver

Disparidade das pensões, Acumulação de pensões, Deficientes em serviço, Parentes pobres, Cotas em dia / direitos garantidos, entre outras coisas mais, são, obviamente, um conjunto de Títulos em destaque no Jornal Elo que motivam a pessoa humana à revolta e ao descontentamento para com todos os responsáveis envolvidos na questão.

Sou um leitor atento do Elo, e por conseguinte presto toda a atenção

aos artigos expostos desde a actividade nacional e regional ao apoio aos Deficientes e aos artigos de opinião dos associados, particularmente os Deficientes em serviço.

E digo particularmente, porque em minha opinião é o caso mais gritante da actualidade e que em todas as reuniões é sensivelmente um dos casos mais predominantes.

É tempo mais que suficiente para se perguntar: - Afinal quem nos acode?

- Afinal onde está a solidariedade dos parentes ricos para com os parentes pobres juntando-se à mesma luta?

- Afinal porquê a Direcção não tomou ainda a iniciativa de implementar medidas mais drásticas que tenha como objectivo a unificação do Dec-Lei 43/76 de 20 de Janeiro a todos os Deficientes das Forças Armadas sem dualidade de critérios ou discriminação e consequentemente retirar do Estatuto da Função Pública, os Deficientes em serviço? Só isso.

- Para quando uma Assembleia Geral dos Deficientes em serviço para decidirem formas de luta e o seu futuro "que para muitos já nem isso têm ou poucas esperanças lhes resta"?

Entra Direcção, sai Direcção, entra Governo, sai Governo, e o que é

facto é que as coisas continuam sem solução aparente. Porquê?

Sou um Deficiente em serviço, cuja desvalorização não corresponde minimamente às sequelas adquiridas devido a um traumatismo craniano proveniente de um acidente em 1967 em Angola, cujo diagnóstico foi julgado ao fim de 10 anos pela Junta Médica Militar, como epilepsia pós traumática e pós comuncional ficando a receber por isso uma pensão mínima acumulável com o salário auferido na Função Pública.

A pensão que recebia mensalmente ia em grande parte para medicamentos que continuo a não os poder dispensar a conselho do meu médico assistente.

Mas efectivamente mal sabia eu que no dia em que deixasse de poder trabalhar, o que me esperava.

Assim aconteceu. Com efeito, ao solicitar a minha reforma normal, cujos descontos efectuei, inclusive o tempo militar a dobrar, não só perdi a pensão que já usufruía, como me cortaram os 5 anos de serviço militar para a nova aposentação com base no n°1 do artigo 80 do Estatuto da Função Pública. Isto é, enquanto eu pensava que contava com 30 anos de serviço efectivo encontro-me com apenas 25 anos. Não será isto um problema gravíssimo que carece de solução rápida?

Por isso faço um apelo a todos os Deficientes em serviço para que se unam e cerrem fileiras junto das Delegações respectivas e Direcção Nacional a fim de resolvermos de uma vez por todas as injustiças que nos são impostas. Por maior que seja a pedra há sempre meios de a remover.

Aquilo que me aconteceu hoje, já aconteceu ontem e outros e acontecerá amanhã a muitos mais.

Basta de mais adiamentos e promessas falsas, cujo objectivo principal dos mais directos responsáveis, é que o tempo passe por forma que as pessoas desmoralizem e se conformem ficando o Estado como único ganhador.

Humberto Dinis Viveiros
Sócio n° 13112

NOTA DA REDACÇÃO

A muita correspondência que nos chega dos nossos associados é um sinal de vitalidade da ADFA e da importância do "ELO" como porta-voz dos seus problemas.

Muitas dessas cartas são demasiado extensas para as disponibilidades de espaço do jornal, acontecendo que, quase todos os meses, ficam algumas a aguardar publicação.

Assim, agradecemos que, de futuro, sejam o mais objectivos e sintéticos possível na exposição dos assuntos, por forma a que as cartas tenham a menor extensão

possível. De outro modo, ver-nos-emos obrigados a publicar apenas o essencial das cartas, eliminando o que nos parecer menos importante, procedimento que pretenderíamos evitar a todo o custo, pois poderá ser interpretado como forma de censura.

Escrevam sempre. Exponham os vossos pontos de vista, as vossas críticas, os vossos problemas, os vossos anseios, de forma objectiva, isenta e sem considerações a despropósito. Mas esforcem-se por ser breves. O "ELO" agradece a vossa colaboração e poderá, deste modo, "dar a palavra" a maior número de associados.

Reunião de sócios

15 de Novembro de 1996, 20:30 horas

CONVOCATÓRIA

A Direcção Nacional convida todos os associados a estarem presentes numa reunião que se realiza no próximo dia 15 de Novembro, sexta feira, pelas 20:30 horas, a qual terá lugar na Sede Nacional, tendo como ponto único da ordem de trabalhos:

Informações gerais

Lisboa, 31 de Outubro de 1996

A Direcção Nacional

A perspectiva de um associado

No dia 13 de Abril de 1996 fui à Assembleia Geral Nacional da Associação dos Deficientes das Forças Armadas na sua Sede, em Lisboa.

Companheiros, muitos já não lembrados, mas irmãos da mesma luta. Somos amigos, deficientes e podemos ter agora um pequeno ou grande "Stress" de Guerra.

Já não participava em nada a nível associativo desde a famosa aventura reivindicativa de 1975 ou a marcha sobre Lisboa.

E os meus olhos, o que vêem, escrevem: esta assembleia foi participativa e contundente, com muitos momentos altos e baixos.

Vi os negros lamentarem por não terem a palavra na assembleia e alguns sócios directores apupados por não terem o dom da palavra.

O que atingiu o meu espírito, assim despido e de perfil foi não haver tempo para tantas explicações e objecções dos núcleos e delegações.

Fustigado e com mágoa, foi ver tanto galo para o poleiro, pois os interesses, são sempre os mesmos: o bem aos deficientes de guerra e suas famílias.

Neste dia, sábado de aurora e ao pensar e tudo querer, vi tristeza nos meus olhos, por se esquecerem daqueles que fizeram a Sede Nacional e as Direcções das Delegações; todos deram o seu melhor.

Em busca da verdade e nesta vida coerente, não podemos esquecer os que, ao longo destes anos, olharam pela gente, desde o director simplório, ao mais alto dirigente.

Mesmo que seja longo o caminhar, o importante é que não se percam os laços de amizade. E acabada a assembleia do dia 13 de Abril, eu fui-me apresentar. Vi homens com inteligência e cabeça, mas ao sócio comum pouco ligaram.

Meu guia, meu defensor, podes pensar bem e agir muito melhor em defesa dos nossos interesses. Se eu sofrer, tu sofres mais; se me doer, dói-te também; reivindica o nosso valor, mas nunca esqueças o amor.

A minha saudade preenche o vazio que trago dentro do peito. Não nos restam boas recordações da guerra. Ser deficiente é ter defeito no corpo e em cada mazela, temos que viver com ela.

Já não dura a juventude, as mazelas agora com a idade estão a chegar. Restam boas e más recordações, mas vos peço a vós que tendes responsabilidade, não deixeis que muitos deficientes calem a voz ou não paguem quotas e que até a voz que vos magoa interfira nos direitos reivindicativos de todos.

Somos muitos e a deficiência não podemos apagar, é nosso dever transmitir e a todos simbolizar. Não podemos ser independentes e a todos os deficientes devemos ajudar.

Sempre forte e atento, sou um homem cá do norte. Para eu ser feliz, queria ver todos os deficientes abrangidos com a mesma sorte.

À nossa Direcção Nacional e todo o seu elenco: tende por nós mais respeito, mais amor, defendei o que da guerra, todos, mas todos herdámos; que Deus tenha destinado na vossa mente muita fé, uma posição humilde capaz de dar esperança e todos os anseios aos DFA. Para terminar, como somos iguais e todos iguais sem cores, ou credos desejo felicidades para o vosso mandato.

Senhor político, eu não posso esconder aquilo que tenho e o senhor tem que nos respeitar. Ser deficiente é ser vivo e o senhor tem que nos ajudar.

Filipe C. Tavares, sócio n° 971

Audiência com Secretário de Estado da Defesa Nacional

Em audiência com o Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional, no passado dia 8 do corrente mês, para discutir as propostas legislativas apresentadas oportunamente pela ADFA, este membro do Governo informou a DN do seguinte:

No presente momento o MDN não considera oportuna a aprovação de um estatuto especial para os deficientes em serviço, mantendo os dois ordenamentos jurídicos em vigor, ou seja o Estatuto de Aposentação e o Decreto Lei n.º 43/76.

Em relação aos deficientes sem nexo de causalidade a opinião do MDN é que o assunto deve ser resolvido via Ministério da Solidariedade Social.

No respeitante aos escalões é entendimento do Ministério que a ADFA não tem base jurídica para reivindicar esta pretensão.

No que concerne à atribuição das pensões de preço de sangue às viúvas dos deficientes militares com capacidade igual ou superior a 30%, para além das situações já equacionadas pela Lei, considera-se viável esta atribuição numa 1.ª fase às situações

que não são cobertas por qualquer sistema de previdência.

Em relação à acumulação de pensões por parte dos Deficientes em serviço, o MDN concordou com esta reivindicação da ADFA, tendo resolvido accionar de imediato o assunto junto do Ministério das Finanças.

No respeitante à aplicação de Grande Deficiente militar às situações dos deficientes em Serviço com incapacidade entre 60 e 70%, foi considerado viável encarar-se a solução destes casos.

O MDN considera que deve ser revisto o actual prazo das juntas de revisão para além dos 10 anos, aplicáveis aos deficientes em serviço.

O MDN considera viável equacionar o enquadramento técnico jurídico dos acidentes ocorridos "in itinere".

Nesta audiência, o 1.º vice-presidente, Lopes Dias, o 2.º vice-presidente, Catarino Salgado e o 3.º secretário Luís Machado, que representavam a DN, manifestaram ao senhor

Secretário de Estado da Defesa Nacional que as respostas do Ministério não correspondiam às expectativas criadas. Adiantaram ainda que a aprovação de um estatuto para os deficientes militares em serviço continua a ser uma questão fundamental para se encontrarem as soluções adequadas para os problemas destes nossos associados. Em relação às questões legislativas pontuais que o MDN considera de solução possível, a DN informou que esses aspectos iriam ser analisados pela ADFA.

Foi seguidamente debatido o funcionamento do Conselho consultivo dos Deficientes Militares, estando previsto que o referido Conselho seja incluído na nova Lei Orgânica do MDN.

Em relação à falta de verbas do HMP para atribuição de próteses e ortóteses aos Deficientes Militares, o Senhor Secretário de Estado comprometeu-se a actuar de imediato de modo a resolver o assunto.

Reunião de sócios na Sede Nacional

Respostas do Ministério da Defesa causam frustração



Com a presença de mais de meia centena de associados, realizou-se em 18 de Outubro, na Sede Nacional, mais uma reunião promovida pela Direcção Nacional com a finalidade de prestar informações e auscultar os anseios, as sugestões e as críticas dos associados.

Esta reunião foi ocupada, exclusivamente, com o desenvolvimento da estratégia legislativa face aos contactos com o Ministério da Defesa Nacional.

A DN começou por fazer um relato do que se passou na audiência com o Secretário de Estado da Defesa Nacional, ocorrida em 8 de Outubro, e na

qual foram passadas em revista cada uma das propostas legislativas apresentadas pela ADFA no início deste ano. A posição do Ministério da Defesa é a que consta na notícia inserida nesta mesma página.

Só "migalhas"

Depois da exposição feita pela DN foi dada a palavra aos associados presentes que, mais ou menos emotivamente, se pronunciaram sobre os resultados do diálogo com o MDN. Nalguns rostos e intervenções era bem patente a frustração e a revolta pelas "migalhas" oferecidas, especialmente em relação aos problemas mais graves e prementes de resolução. Face a estes resultados, defenderam a convocação

da Assembleia Geral Nacional Extraordinária, conforme ficou previsto neste último plenário associativo realizado em 13 de Abril último.

Em relação às "migalhas" em perspectiva, um associado estabeleceu mesmo a comparação entre os cidadãos que não fugiram à guerra e que tiveram o azar de se deficientarem e alguns dos que desertaram e hoje recebem chorudas pensões do Estado por uns quantos anos de serviço público.

Sinais de abertura e aspectos positivos

A Direcção Nacional e

alguns associados defenderam que os resultados obtidos deviam ser encarados realisticamente, numa perspectiva de consequências futuras e até, nalguns casos denotadora de abertura.

Como em qualquer negociação a DN apostou forte e alcançou alguns resultados positivos e o reconhecimento da justiça da maioria das reivindicações. Não pretende evitar a Assembleia Geral, mas considera que ainda não é oportuno pedir a sua convocação, pois vai solicitar nova audiência com o Secretário de Estado para calendarizar a concretização das soluções apresentadas pelo Ministério e levar alguns dos problemas a outras instâncias do poder político e judicial.

Também numa perspectiva de bom senso, alguns associados presentes consideraram que em todo o mundo há diferenças entre os estatutos dos deficientes em campanha, em serviço ou sem relação com o serviço. A DN deve aproveitar os aspectos em que há abertura por parte do MDN, nomeadamente na acumulação de pensões, no alargamento do conceito de grande deficiente militar, nas pensões de preço de sangue e na alteração das juntas médicas para insistir na criação do estatuto do deficiente em serviço. Deve igualmente aproveitar-se a legislação que irá sair sobre a participação das Forças Armadas

Portuguesas em forças internacionais como argumento para a solução dos problemas herdados da guerra colonial.

Abrir outras frentes de diálogo e não desmobilizar

Em vez da convocação da Assembleia Geral o executivo da ADFA deve abrir novas frentes de diálogo, designadamente com os Ministérios das Finanças e da Solidariedade e Segurança Social e com a Caixa Geral de Aposentações.

Face à posição do Ministério e às intervenções feitas, mais radicais umas, mais moderadas outras, notava-se alguma confusão nos espíritos da maioria dos presentes. O Presidente da DN, Lavouras Lopes, pediu então a palavra para, em nome pessoal, lançar um apelo à mobilização de todos os associados. Comparou as negociações a um jogo e a questão está na forma como a ADFA vai reagir e não como o Governo reage. Considerou que o estatuto do deficiente militar é uma medida lógica, mas o MDN está a criá-lo em termos de futuro, não pretendendo que tenha efeitos retroactivos. Em todo este difícil processo, os associados não devem perder a confiança em quem dirige a Associação e há que manter uma posição de

força e não desperdiçar o enorme capital de que a ADFA dispõe; neste sentido, ninguém deve desmobilizar nem esquecer que a opinião pública está com a Associação.

Nesta reunião foi também levantado o assunto das graduações e referida a estranheza por os associados que lideraram este processo terem deixado de aparecer a estas reuniões após a publicação do Acórdão do Tribunal Constitucional, perdendo, assim, os associados, informação objectiva por parte daqueles que melhor acompanham o processo.

Um outro aspecto que desde há algum tempo vem causando preocupação e foi referido neste reunião é o que se vem verificando em algumas cartas de associados publicadas no "Elo". Sobretudo em relação às "disparidades das pensões", transparece, por vezes, nessas cartas que o "inimigo" a abater são os deficientes em campanha, com um estatuto "privilegiado" em relação aos do serviço e outros, não os verdadeiros culpados pela situação. Estas reacções de pretender "nivelar por baixo" dão sinais de falta de solidariedade e podem provocar fricções internas e enfraquecer a força anímica e negocial da ADFA.

Foram ainda prestados esclarecimentos quanto à constituição do Conselho Consultivo dos Deficientes Militares, cuja primeira reunião se realizou no dia 10 de Outubro, como noticiamos na página 3.

"Se servistes a Pátria que vos foi ingrata, vós fizestes o que devíeis e ela o que costuma".

Padre António Vieira

TODAS AS RAZÕES

para nos visitar...

Todos os modelos disponíveis



Atendimento personalizado



Técnicos especializados



... E MAIS ALGUMAS!

Temos preços excepcionais para Si que é associado da ADFA

Marque o seu ensaio Renault através da LINHA VERDE 0800 21 1996

RENAULT AVENIDA
Avenida da Liberdade, 29
☎ 346 76 97

RENAULT ANDRADE CORVO
Rua Andrade Corvo, 31-B
☎ 352 23 70*

RENAULT CHELAS
Rua Dr. José Espírito Santo, Lt. 11-E
☎ 836 14 14

*Aqui, a nossa vendedora Rosário Jorge estará sempre disponível para o atender.



RENAULT